

Christiano Lima Braga

**As Transformações do Cooperativismo Agrícola na
Década de 80: Inserção na Nova Dinâmica
da Agricultura Brasileira**

Salvador - 1994

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

CHRISTIANO LIMA BRAGA

**AS TRANSFORMAÇÕES NO COOPERATIVISMO AGRÍCOLA,
NA DÉCADA DE 80: INSERÇÃO NA NOVA DINÂMICA
DA AGRICULTURA BRASILEIRA**

**Monografia apresentada no Curso de
Elaboração de Monografia II da Faculdade de
Ciências Econômicas (FCE / UFBA) como
requisito final para colação de grau.**

**Orientador: Prof^o Luiz Antônio Mattos
Figueiras**

Salvador - 1994

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pelo carinho, apoio e, acima de tudo, por acreditarem na minha busca de aprender e transmitir.

Ao professor Lielson pelo grande incentivo e credibilidade depositados na realização desse trabalho.

Ao professor orientador Luiz Filgueiras pela paciência e empenho, indispensáveis na conclusão dessa monografia.

Agradecimento especial a Nadja do Espírito Santo Souza, ao Sr. Gilton Aragão, aos meus colegas do SEBRAE e aos amigos em geral.

APRESENTAÇÃO

O presente estudo é resultado dos cursos de Técnicas de Pesquisa em Economia (TPE), Elaboração de Monografia I e Elaboração de Monografia II integrantes do programa de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia.

Trata-se da versão final da monografia intitulada: "As Transformações no Cooperativismo Agrícola na Década de 80: Inserção na Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira", estruturada da seguinte maneira:

- 1) Introdução: traça uma visão panorâmica da situação das cooperativas no país, das transformações ocorridas e dos desafios a serem enfrentados pelo segmento.
- 2) Um Breve Histórico das Idéias Cooperativistas: faz uma leitura das influências teóricas, origem e evolução do cooperativismo a nível mundial. Bem como tenta conceituar e classificar o termo cooperativa e suas variantes, para poder delinear o objetivo do estudo.
- 3) O Cooperativismo Agrícola no Brasil: explicita as origens e a formação do cooperativismo agrícola no país, destacando o papel que teve o Estado, inclusive analisando o caráter da sua intervenção. Traça, também, um painel da evolução da legislação cooperativista no país.
- 4) Desenvolvimento Cooperativismo Agrícola no Brasil: analisa o desenvolvimento das cooperativas nos anos 70 mostrando como essas organizações se adaptaram às transformações no setor primário da economia. Aborda também os fatores de crescimento, destacando o papel das políticas públicas, o surto da soja e as transformações na legislação enquanto influenciadoras dessa expansão.
- 5) O Cooperativismo Agrícola na Década de 80: estabelece uma visão panorâmica da agricultura nos anos 80 e busca mostrar a participação das cooperativas nessa realidade. Caracteriza não só o processo de endividamento vivido por algumas cooperativas, como também o dinamismo dessas organizações no que se refere a participação na atividade agrícola e na economia como um todo.
- 6) Conclusão: traça um panorama dos desafios e perspectivas do cooperativismo agrícola para as próximas décadas. Analisa a situação dessas organizações utilizando variáveis, tais como, receita operacional bruta, rentabilidade, produtividade, liquidez e capitalização, com o objetivo de montar um cenário que inclua os possíveis problemas a serem vivenciados pelas cooperativas nos anos 90.

INTRODUÇÃO

A idéia das cooperativas agrícolas como espécie de auto-ajuda, onde os resultados eram distribuídos igualmente entre os cooperados, foi, por muito tempo, vinculada a ideologia da proteção ao pequeno produtor. Essas, na realidade, surgiram como forma de enquadrar a pequena produção no âmbito da acumulação capitalista. Não passando de mais um instrumento do capital, as cooperativas reproduzem e reforçam a estrutura concentrada vigente na agricultura brasileira.

O cooperativismo agrícola sempre se colocou como um conciliador de interesses entre as diferentes classes sociais, preservando um dado padrão de acumulação. No Brasil, particularmente, as cooperativas estão inseridas nos setores mais dinâmicos e rentáveis da agricultura. Cresceram e se diversificaram com base em isenções fiscais e crédito subsidiados pelo Estado. Além do mais, sempre gozaram de uma situação cômoda frente ao mercado, pois não assumem os riscos da comercialização e, geralmente, são possuidoras de clientes e fornecedores cativos. Por fim, se desenvolveram reforçando as disparidades regionais, já que as grandes cooperativas operavam ou com produtos de exportação ou com certas matérias-primas destinadas a indústria.

No que diz respeito à proteção ao pequeno e médio agricultor, via cooperativas, são latentes os diversos mecanismos de expropriação da sua renda. Principalmente porque os condicionantes da estrutura impactam na sua organização, através de mecanismos excludentes consubstanciados, por exemplo, no "princípio da proporcionalidade" onde os serviços e benefícios acabam não chegando às mãos de pequenos cooperados. Isto transfere para o interior da cooperativa as relações de subordinação predominantes no contexto sócio-econômico brasileiro.

Atualmente, na universidade e imprensa nacionais, formou-se controvérsia de que o setor cooperativista tenderia a um processo geral de insolvência. Algumas grandes cooperativas se vêem diante de consideráveis índices de endividamento, como também passam por um processo de descapitalização - venda e penhoramento do seu patrimônio. Porém, para se analisar as raízes desta possível crise e a situação vivida pelo cooperativismo, hoje, é necessário perceber os aspectos conjunturais que caracterizam e dão exata medida das dificuldades expostas.

Responsáveis por 6% do PIB brasileiro, num total de 3.548 cooperativas e um número de 978.940 cooperados em todo país, segundo dados da Organização das Cooperativas do Brasil, a dívida deste setor alcança cifras inigualáveis. A Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC), até pouco tempo a maior do país, responsável por 2,5% da produção nacional de alimentos e possuidora de um invejável patrimônio, chegou a dever ao sistema bancário cerca de US\$ 700 milhões. No sul do país, principalmente no Paraná - região onde há o maior número de cooperados no país - a situação chamou atenção: 14 cooperativas enfrentam dificuldades financeiras e cerca de 20% dos cooperados no estado vinculam-se a entidades endividadas⁽¹⁾.

A princípio, sem abordar o impacto da recessão econômica que gerou enorme endividamento no setor, é importante buscar os condicionantes históricos e estruturais que levaram a esta situação de dificuldades. Bem como saber porque se busca, hoje, uma saída para o cooperativismo nacional.

As cooperativas, mundialmente, vem sofrendo mudanças e se adaptando a nova ordem internacional, acirrando a concorrência com as agro-indústrias. No Brasil, a situação é parecida, as cooperativas que inicialmente trabalhavam no âmbito da comercialização passaram, posteriormente, a atuar no setor industrial, chegando até ao processo de distribuição no mercado consumidor.

Historicamente, a Lei 5.764 de dezembro de 1971 deu às cooperativas uma orientação empresarial, onde a verticalização e as fusões foram garantidas por lei, viabilizando, assim, a tendência do sistema em se confundir com a lógica do capital, em que o produtor associado assume o papel de um simples cliente. Conseqüentemente, impossibilitou o controle democrático e a participação do pequeno produtor nos benefícios obtidos.

Na verdade, durante toda a década de 80, se esboçou uma série de fatores que levaram o cooperativismo a uma realidade difícil em termos financeiros e administrativos. Estas dificuldades, nada mais são do que reflexos da crise de transformação, muito mais complexa, explicitada na necessidade de uma readaptação à realidade imposta pelas modificações sofridas pela agricultura no seu processo de industrialização.

As dificuldades financeiras são frutos da falta de uma política oficial coerente para o setor agrícola. Como também foi resultante da política paternalista do Estado e, em determinados momentos, da escassez de produção, dos problemas de gerenciamentos e mau uso dos recursos, tudo isso inserido na grande crise vivida pelo Estado brasileiro na chamada "década perdida".

(1) REVISTA GLOBO RURAL. Cooperativas: Exame de Consciência. P. 78. Agosto 1993.

Enfim, a tendência à centralização de capital observada no âmbito da indústria se transfere para o interior da estrutura cooperativista e os mecanismos selecionadores de mercado atuam com maior intensividade. Isto exigiu uma maior diversificação de serviços e de produtos e a necessidade de um maior controle no fornecimento das matérias-primas e dos produtos dos cooperados. Esse processo de expansão nos anos 90 estabeleceu alguns desafios para o segmento como um todo. Dentre estes, destacam-se a criação de um banco próprio, como também a urgente criação de mecanismo de gestão democrática que aproximem os associados dos seus dirigentes.

Esta segunda vertente nega o cooperativismo como via de transição para uma sociedade socialista. A própria dinâmica do sistema engendraria contradições no interior da cooperativa. Com o seu crescimento os mecanismos de controle e direção dos trabalhadores se complexificariam e a tendência seria de tornarem-se típicas empresas capitalistas. Para Kautsky (1980), por exemplo, "...Na sociedade capitalista, dentro de uma cooperativa de produção florescente, chega, cedo ou tarde um momento em que os cooperados começam a empregar operários assalariados... (estes) são explorados pelos cooperados. Por conseguinte toda cooperativa de produção, na sociedade moderna desenvolve a tendência de tornar-se uma empresa capitalista⁽³⁾." Esta corrente porém, em nenhum momento, negou a importância desta forma de organização rural devido as vantagens oferecidas aos produtores em termos de custo de transportes, da comercialização e perspectiva de lucro, dentre outras.

As correntes teóricas descritas acima consubstanciaram, na prática, a proposta socialista de cooperativismo. Esta, como já foi mencionado, tem suas raízes nos idealistas utópicos. A partir de experiências construídas, era possível aplicar o princípio de cooperação para a sociedade como um todo. Nos países socialistas as cooperativas eram uma espécie de continuidade das metas coletivizadoras do Estado como auxiliares do processo de planificação da economia. Na URSS, pós 1917, por exemplo, predominaram cooperativas de consumo e cooperativas agrícolas. Estas últimas eram denominadas Kolkozos - onde os meios de produção e os de consumo eram comuns.

Segundo Kautsky (1980), o associativismo na agricultura foi fundamental à produção em escala e ao aumento da produtividade. Sem sombra de dúvidas, o processo de coletivização da agricultura soviética possibilitou o melhoramento do nível de vida dos camponeses russos, como também possibilitou a introdução de modernas tecnologias. As cooperativas, neste aspecto, tiveram um enorme papel e o seu caráter socialista derivou do fato de que estas, ao estabelecerem relações de comercialização com o Estado, recebiam deste o pagamento pela produção vendida e distribuíam aos cooperados, de acordo com o trabalho realizado por cada um.

Outras experiências importantes neste campo aconteceram na China com o advento das comunas. Nestas, a remuneração era feita de acordo com as necessidades básicas de cada indivíduo. Em Israel também prevaleceu, na agricultura, a experiência dos Kibutz (produção) e os Moschav (comercialização).

Entretanto, no capitalismo, o cooperativismo sempre foi visto como instrumento de correção dos desvios do sistema ou, pelo menos, como atenuante das desigualdades existentes. Esta visão tornou-se a base da legislação de muitas cooperativas na Europa e na América como um todo.

(3) KAUTSKY, K. A Questão Agrária. São Paulo, 1980. P. 285.

A cooperativa se estruturou enquanto elemento social e econômico. Ela é uma entidade que reúne um certo número de pessoas, seu funcionamento se baseia em esforços individuais e coletivos, direcionados para o atendimento das necessidades de um determinado grupo. Como toda instituição, possui princípios básicos :

- Organização democrática : livre entrada; adesão voluntária.
- Neutralidade política e religiosa.
- Distribuição das sobras(ou excedentes)entre os seus sócios (não tem fins lucrativos).
- Honestidade nas operações de compra e venda.
- Os objetivos da cooperativa devem convergir para os interesses gerais da comunidade.
- Relação econômica, de prestação de serviço, de preferência com os seus associados a preços justos.

Em termos da classificação, o presente estudo tem como base o trabalho de Daniel Rich (1991).

1. Quanto à natureza (relação estabelecida com os seus sócios) :

- Cooperativa de distribuição (direciona aos seus sócios bens e serviços, de acordo com as suas necessidades).
- Cooperativa de produção (coloca, no mercado, a produção dos seus sócios nas melhores condições possíveis de preço, regularidade e segurança).
- Cooperativa de trabalho (pessoas com a mesma profissão que organizam e vendem o seu trabalho em comum).

2. Quanto à variedade de funções (setores ou produtos que se dedicam) :

- Cooperativas unifuncionais (com uma única função ou serviço). Ex : as cooperativas de consumo, seguro etc.
- Cooperativas multifuncionais (diversas funções e atuação em diversos setores e/ou atividades). Ex : cooperativas mistas que se dedicam a comercializar a produção e também fornecer crédito aos seus sócios.
- Cooperativas integrais (respondem a todas as necessidades dos sócios). Ex : atualmente são inexistentes, devido às dificuldades de funcionamento.

3. Quanto ao nível de organização :

- Cooperativa singulares (constituem - se de 20 pessoas, no mínimo).
- Federação de cooperativas ou cooperativa central (formada por, no mínimo, 3 cooperativas singulares).
- Confederação de cooperativas (constituída por, no mínimo, 3 federações de cooperativas).

Na prática, as atividades que cada cooperativa desenvolve definem o seu campo de atuação. As cooperativas de crédito, por exemplo, atuam na obtenção de crédito ou financiamento para os seus associados. As cooperativas de consumo trabalham na distribuição de produtos e serviços aos seus cooperados, a preços acessíveis; as cooperativas habitacionais podem caracterizar um mutirão para construir ou financiar moradias para os seus sócios, etc.

Como o enfoque deste trabalho direciona-se às cooperativas agrícolas, é preciso uma caracterização mais consistente deste tipo de associação. Sem analisar, por enquanto, os impactos da estrutura agrária na sua formação, as cooperativas na agricultura brasileira surgiram como forma de enquadrar a pequena produção no âmbito da acumulação capitalista. Por isso, elas acabaram por reproduzir e reforçar a concentração vigente no meio rural brasileiro.

Por outro lado, com a penetração do capital no campo, uma parcela importante dos pequenos agricultores se proletarizou. A outra parcela, ao contrário, se capitalizou e as cooperativas tiveram um papel fundamental neste processo. Elas assumiram as funções de vender a produção dos associados (classificando, padronizando, armazenando, e até mesmo industrializando); distribuir insumos necessários ao processo de produção, bem como serviço de pesquisa, assistência técnica e extensão rural - o que possibilitou maior intercâmbio dos sócios com a comunidade em geral. Isto levou, além do incremento do PIB, do emprego e da renda, a organização e integração da produção agropecuária desde a produção de insumos até a industrialização. Dessa maneira, as cooperativas agrícolas assumiram o papel de expandir a produção agrícola no meio rural.

Vale notar, entretanto, que as cooperativas agrícolas remanescentes no Brasil, em sua maioria, assumiram o comportamento característico de uma grande empresa. A acumulação é feita via expropriação dos sócios, via crédito oficial e, atualmente, em face das transformações vividas pela agricultura, essas organizações criaram diversos mecanismos para se capitalizarem, desde recursos próprios até os recursos de terceiros. Administração centralizada, estratégias complexas de intervenção no mercado e grande aporte de capitais regem o comportamento das cooperativas. Sem este tipo de ação, as cooperativas não conseguiriam se diversificar, tornarem-se economicamente viáveis e, portanto, terem condições concretas de perpetuarem-se e consolidarem-se no mercado.

2. O COOPERATIVISMO AGRÍCOLA NO BRASIL

2.1. ORIGEM E FORMAÇÃO

A agricultura sempre teve um papel importante no desenvolvimento econômico brasileiro. Desde o Sistema Colonial até a presente década, se constituiu num poderoso mecanismo de acumulação de capitais. Portanto, em grande parte, a agricultura foi responsável pelo dinamismo e desempenho históricos da economia nacional.

A monocultura, em diversos períodos, caracterizou a base econômica do país. No Brasil-Colônia, o beneficiamento da cana-de-açúcar e a sua comercialização em âmbito internacional serviram de sustentáculo a geração de riquezas e ao crescimento nacional.

Contudo, a partir do século XVIII, o crescimento da produção açucareira foi limitado em decorrência de fatores estruturais, como: a baixa produtividade, o sistema compulsório de trabalho e a enorme concentração de terras e riquezas. Os aspectos conjunturais também contribuíram nesse processo de decadência, como por exemplo, a competição externa, as profundas transformações mundiais então em curso e o surto da mineração.

Já o acúmulo de recursos gerado pela economia cafeeira foi responsável pelo início da industrialização no país. Existia, de fato, uma relação entre uma economia exportadora e o impulso à industrialização permitida pelo caráter da política econômica de valorização que assegurou alta rentabilidade ao setor cafeeiro. As receitas geradas pela comercialização dessa cultura possibilitaram uma enorme transferência de capitais do campo para os setores urbanos, direcionando-os na tentativa de diversificar o aparelho produtivo.

No processo descrito acima, deve-se notar que agricultura brasileira se estruturou com base no complexo rural. Porém, a partir de 1850, este começou a se desagregar devido, dentre outros aspectos, a proibição do trabalho escravo. Esta transição se desenrolou até o período 1930/45 quando se consolidou uma profunda crise no setor cafeeiro, até então completamente dominante no âmbito da economia nacional. A chamada revolução de 30 enfraqueceu o setor agrário-exportador, caracterizando uma nova distribuição de ganhos no interior das classes dominantes, com assistência a vários setores não vinculados ao café.

Essa transição foi muito importante na definição do tipo de desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira. De fato, a sua modernização aconteceu concentrando ainda mais a estrutura fundiária e se direcionou ao grande capital, privilegiando certos cultivos e regiões. Todavia, a formação desse complexo cafeeiro impulsionou e possibilitou a industrialização brasileira.

Para acumular os capitais produtivos do setor cafeeiro os bancos desempenharam função importante ao reciclar o dinheiro gerado. O próprio comércio de exportação permitiu intensificar o acúmulo e a circulação das divisas. Consequentemente estruturou-se uma classe empresarial, originada e presa ao capital cafeeiro por fortes laços de dependência. O rompimento desses laços só aconteceu com a chamada Revolução de 30, quando a agricultura perdeu a posição de destaque que tinha no cenário econômico e a ponta de lança do desenvolvimento nacional passou a ser o setor industrial, via o processo, já em curso, de substituição de importações.

Dado esse breve quadro das transformações agrárias no país, podemos analisar a origem e formação das cooperativas brasileiras. Na América Latina, o surgimento do cooperativismo se confundiu, muitas vezes, com períodos conturbados: o período de 1927/30 de crise financeira mundial; o período pós-guerra de 1840 e 1960 que caracterizou o avanço da Revolução Cubana. Na realidade, conformou-se um modelo importado, que serviu de instrumento de manipulação e dominação sócio-política.

Alguns afirmam que o Discurso-Programa de Gide(1886), no II Congresso de Cooperativas de Consumo na França, influenciou os princípios filosóficos e doutrinários das cooperativas no Brasil. Segundo Sobrinho (1976), historicamente a origem do cooperativismo, no país, remonta a prática do multirão, "de grande expressão sociológica, mas deficiente como estrutura econômica."⁽⁴⁾

Alguns ainda garantem que as primeiras cooperativas no Brasil surgiram a partir de 1888, quando da liberação da mão-de-obra escrava. Essas cooperativas recém-formadas serviam como mecanismo de sobrevivência desses indivíduos, na época alijados de qualquer perspectiva diante da sociedade.

Porém, foi no ano de 1847 que o médico francês Jean Maurice Faivre, influenciado por Charles Fourier, fundou no Paraná a primeira colônia cooperativa. A sua existência, no entanto, foi breve. Mas, nem por isso, deixou-se de considerá-la a primeira experiência concreta de formação do incipiente cooperativismo brasileiro.

Mantida uma certa controvérsia quanto a real data de origem dessas organizações, ainda se especula que foi no ano de 1887 o aparecimento, no Brasil, da 1ª cooperativa em Campinas/ São Paulo. Daí por diante surgiram: a Cooperativa de Consumo em Limeira (São Paulo, 1891); Cooperativa Militar de Consumo (Rio de Janeiro, 1894); Cooperativa de Consumo de Camaragibe (Pernambuco, 1895); a Cooperativa de Consumo dos Empregados da CIA Paulista em Campinas (São Paulo, 1897) etc.

(4) SOBRINHO, A. V. Cooperativismo. São Paulo: Cupolo, 1976. P. 21.

Entretanto, foi a chegada, em 1902 do Padre T. Amstead no Rio Grande do Sul, o embrião do cooperativismo agrícola no Brasil. Esse padre fundou uma caixa rural, baseado no modelo Raiffaiser alemão. Esse tipo de cooperativismo surgiu, no Brasil, enquanto um sistema simples de crédito cooperativo. Em curto período de tempo se estruturou, no sul do país, uma rede de cooperativas de crédito que tinham como referência o modelo alemão.

Essas cooperativas nascem num contexto de emigração. Os emigrantes que aqui chegaram influenciam, através de sua cultura e experiência, esse nascente movimento. O exemplo da capitalização da agricultura na pequena propriedade possibilitou a formação de organizações de caráter cooperativista, influenciando o seu posterior desenvolvimento e dinamização.

No ano de 1907, em Minas Gerais, lançou-se o primeiro Projeto Cooperativista Agrícola do país. O Governo daquele estado buscava eliminar os intermediários da produção agrícola. Estes eram controladores da comercialização, principalmente do café e na sua maioria se constituíram de estrangeiros. Pode-se afirmar que este projeto foi uma das primeiras experiências administrativas de intervenção no segmento das cooperativas agrícolas.

Até aqui, pode-se perceber que a configuração do cooperativismo agrícola no Brasil esteve vinculada ao desenvolvimento da própria agricultura. As primeiras cooperativas eram ligadas aos produtos de exportação - café e açúcar - numa economia do tipo agrário-exportadora. Paralelo a esse movimento surgiram as cooperativas dos imigrantes que segundo CORADINI e FREDERICQ (1982), são heterogêneas na unidade produtiva - já que os associados são minifundiários - e na realização da produção, tanto em âmbito externo quanto interno.

A partir de 1930, o processo de substituição de importações se intensificou e enormes mudanças ocorreram no cenário político nacional e internacional. Iniciou-se, nesse período, a chamada Era Vargas que tanta influência exerceu nos rumos do capitalismo brasileiro. Nesse momento se redefiniu a estrutura de classes no país e a perspectiva de intervenção estatal se adaptou a nova situação, desnudando sua face corporativista e autoritária, aos moldes da nova ordem mundial.

Nesse período, o cooperativismo agrícola brasileiro cresceu e se formalizou em definitivo, ao passo que a agricultura consolidou a sua modernização. Neste aspecto o Estado teve um papel fundamental no que se refere às mudanças ocorridas na base técnica. Via uma política favorável, permitiu-se a importação de bens de capital e implementos agrícolas. Essa modernização estava condicionada à capacidade do país em gerar divisas, para financiar tanto a importação de bens de capital como consolidar o poder de baganha dos grupos dominantes.

O processo de modernização agrícola se intensificou no pós-guerra (1945) e durou até a primeira metade de 1960, quando se iniciou a fase de industrialização da agricultura. Com isso, o caráter e a dinâmica das cooperativas são bastante influenciados através de mudanças a nível econômica e institucional.

2.2. O CARÁTER DA INTERVENÇÃO ESTATAL

Historicamente, no Brasil, a relação entre o Estado e as cooperativas foi influenciada pelo movimento corporativista do Estado Novo. As oligarquias do campo e a burguesia industrial orientaram o rumo do cooperativismo no país. A possibilidade de exportar permitiu a capitalização das cooperativas de café, açúcar, cacau e soja. Conseqüentemente, a evolução deste movimento obedeceu a uma dinâmica de acumulação capitalista, vinculado a culturas de maior inserção no mercado mundial.

O café, até o final da década de 20, teve papel fundamental no dinamismo da economia brasileira. Entretanto, a depressão econômica mundial de 1929-30, trouxe como conseqüência, uma crise de superprodução dessa cultura, como também, queda no nível geral da atividade econômica no país. Evidentemente influenciou a estrutura e conjuntura internas e o Estado foi obrigado a intervir no mercado com políticas de regulação, dada a enorme queda dos preços internacionais.

As mudanças que ocorreram na economia mundial intensificaram o processo de crise econômica no país. Segundo BENETTI (1984), o governo Vargas propôs, como solução para essa crise, a diversificação das atividades produtivas internas. No conjunto de medidas adotadas se destacaram: a promoção de policultura (como vistas a desentramar o atraso da agricultura com relação a indústria); proteção da indústria transformadora de matérias-primas nacionais; medidas reguladoras no mercado do açúcar e do café e promoção do comércio internacional; proteção a pequena propriedade e amparo ao trabalhador via criação de um sistema previdenciário e educacional.

Sob esta perspectiva o cooperativismo era visto, pelo Estado, como o instrumento de reestruturação e desenvolvimento do setor agrícola. Dada a nova conformação de forças políticas no país e a necessidade de aprofundar a modernização da agricultura - já que esta se constituía num entrave ao desenvolvimento - o latifúndio teria que ser desestruturado (visando enfraquecer determinados setores oligárquicos, ainda com poder político) e a pequena produção deveria ser protegida.

Neste aspecto, o instrumento utilizado foi denominado de sindicalismo cooperativista. Este foi institucionalizado pelo Decreto-Lei nº 23.611 (1933), que permitia: organização dos cidadãos brasileiros, conforme suas profissões, em sindicatos, possíveis núcleos fundadores das cooperativas (BENETTI, 1984). Sem dúvida, foi a maneira que o Estado encontrou para legitimização dos seus interesses. Daí pode manter as condições de acumulação tentando, ao mesmo tempo, atender novos grupos dominantes no cenário político nacional.

A ideologia de 30 via nas cooperativas as condições institucionais de reversão das causas do atraso da agricultura e o Estado as moldaria enquanto instituições corporativas. Isto deu lugar ao termo Cooperativismo Corporativista do Bem-Estar Social: onde as cooperativas funcionavam como um prolongamento do Estado, atuando em áreas muitas vezes problemáticas, originalmente, sob a responsabilidade estatal.

De acordo com BAK (1977), o modelo de cooperativismo adotado na época "seria o instrumento básico do Plano Geral de Organização Agrária que tinha como objetivo revitalizar a atrasada economia rural"⁽⁵⁾ e o Estado como intermediador "de conflitos que surgem por força das pressões econômicas". Portanto, ao Estado caberia intervir fortemente em todos os setores da economia, uma espécie de garantia da harmonia entre classes sociais. Essa forma de intervenção caracterizou a chamada ideologia tenentista no 1º governo Vargas.

O cooperativismo seria, assim, um mecanismo de atenuação dos conflitos sociais. A proposta tenentista de estruturação da sociedade via a necessidade da associação entre cooperativas e sindicatos. E ao Estado caberia amplo controle da sociedade, por isso o cooperativismo estaria voltado para atividades fora do mercado. As cooperativas substituiriam o Estado, Lei nº 24.647/34 que criou cooperativas de Habitação, de Ensino, Assistência Médica, etc, caracterizando uma atuação de cunho completamente assistencialista.

No que se refere a agricultura, esta se constitui no núcleo do desenvolvimento deste projeto. O Plano Geral de reorganização da sociedade brasileira tinha no fomento a policultura e na defesa dos pequenos produtores a solução para os entraves na acumulação de capital. Por outro lado, o atrelamento cooperativismo-Estado foi a maneira encontrada de legitimar o papel deste enquanto controlador dos conflitos sociais que ora viessem colocar em risco os interesses do capital.

As propostas tenentistas ao buscarem a redinamização da produção do açúcar, café, etc, ao tentar modernizar a pequena propriedade familiar, dentre outros objetivos, se constituiu num projeto de caráter autoritário, apesar de não conservador. Esta característica se chocou com os interesses gerais do capitalismo brasileiro e encontrou forte resistência por parte das elites políticas e dos grupos ligados, direta ou indiretamente, às atividades de competência do cooperativismo. Conseqüentemente, pós-34, o tenentismo perdeu hegemonia e seguiu-se a opção clara por um projeto de modernização mais concentrador para agricultura no país.

A intervenção estatal usando as cooperativas, objetivava o estabelecimento de condições mínimas de produção, ora garantido a acumulação de certos segmentos privados no campo, ora buscando legitimar a ordem para conter conflitos sociais. Para isso, segundo BENETTI (1984), necessitavam desenvolver uma atuação pioneira, intervindo onde a valorização do capital era problemática e a infra-estrutura para o desenvolvimento da sua base estava ausente.

(5) BAK, J. L. Some Antecedents of Corporativism: State economic intervention and rural organization in Brazil - The case of Rio Grande do Sul, 1937-1980. S.1 Yale / University. 45 p. (Tese, mimeo).

As cooperativas, conseqüentemente, se constituíram num prolongamento do Estado. Parte das funções de acumulação eram transferidas para estas via reposição do capital social, que se transformou em capital cooperativo. Essa forma de intervenção se arrastou e se intensificou na década de 60/70 quando os subsídios estatais se constituíram no mecanismo de atrelamento cooperativas-Estado. Por assim dizer, era a forma de levar as cooperativas a atuarem em atividades irrealizáveis do ponto de vista capitalista.

2.3. A LEGISLAÇÃO COOPERATIVISTA NO BRASIL

Da análise feita acima, pode-se concluir que o cooperativismo agrícola no Brasil se estruturou atrelado fortemente ao Estado, ou melhor, ao movimento corporativista da época do Estado Novo. Para o segmento cooperativista, em meio ao autoritarismo, desse período, seu atrelamento ao Estado vem como forma de expandir a produção agrícola e como instrumento de expansão do capitalismo na agricultura. Historicamente, com base em leis cooperativistas facistas, o Estado criou normas de funcionamento que condicionaram fortemente o desenvolvimento dessas organizações rurais.

Porém, foi no início desse século que aconteceram as primeiras tentativas de estruturação de leis para as cooperativas. Segundo SOBRINHO (1976) devido "a falta de uma legislação específica, as primeiras tentativas de institucionalização eram heterodoxas, compreendendo um processo de associação anônima, distribuindo dividendos e onde se exercia o voto diferenciado"⁽⁶⁾.

Foi uma Lei Belga (nº 1637/05.01.1907) a influenciadora desse embrião de legislação no Brasil. No caso dessa lei, as cooperativas só poderiam se organizar sob a forma de sociedades comerciais (anônima, em comandita simples e em nome coletivo). Isso, no entanto, limitou o papel das cooperativas agrícolas e sua institucionalização, assim como de todo movimento cooperativista, só aconteceu na década de 30.

O ano de 1932 foi o marco de institucionalização do cooperativismo no país. É a partir da década de 30, em uma época marcada por ajustes econômicos, necessários a nova situação gerada no pós-guerra, que o Estado tomou a iniciativa de sistematizar e racionalizar as várias manifestações de ajuda mútua existentes, iniciando o sistema de cooperativas (SOBRINHO, 1976).

(6) SOBRINHO et alia.

O Decreto nº 22.239 (dez 1932) se constituiu na primeira lei direcionada especificamente às cooperativas agrícolas. Se instituiu uma certa liberdade de organização e funcionamento, permitiu que essas penetrassem em cidades de médio e grande porte e participassem de diversos setores da atividade econômica. Buscava a diversificação agrícola e o enfrentamento de um conjunto de problemas gerados no comércio internacional do café. Esse Decreto durou até 1966 quando da institucionalização do Decreto-lei 59.

O Decreto 22.239 foi formulado num contexto marcado por autoritária intervenção do Estado. A institucionalização deste dá uma aparência reformista ao movimento cooperativo, porém foi uma reforma limitada e se esgotou no Plano Geral de modernização da agricultura. Obedeceu a uma dinâmica concentradora da estrutura fundiária e só foi bem sucedido quando operou no setor de produtos de exportação e matérias-primas para indústria, incidindo minimamente no setor produtor de alimentos e/ou voltado para abastecer o mercado interno.

Em fins de 1932, via o Decreto nº 23.611, tentou a completa sindicalização da sociedade brasileira. Esta proposta era parte da visão tenentista de organização social que, necessariamente, passava pela associação de sindicatos com cooperativas. Foi o auge do Cooperativismo do Bem Estar Social.

Esse modelo de cooperativismo adotado se esgotou, principalmente porque não correspondeu a real dinâmica do capitalismo brasileiro. Segundo BAK (1977) o Ministério do Trabalho, as elites dominantes, os comerciantes, proprietários rurais e o setor cooperativo formado espontaneamente antes das leis de 1933-34, foram fortes opositores desse modelo. O fracasso estava condicionado ao fato de ter se submetido a um plano maior de reorganização e desenvolvimento da sociedade brasileira, com base na modernização da agricultura, evidentemente, contrários aos interesses de determinados setores da sociedade.

Entretanto, de acordo com BENETTI (1984)⁸ as medidas econômicas para o setor agrícola, tomadas pelo Governo Revolucionário e pela Constituição que o seguiu, terminaram sendo de racionalização e redinamização das economias tradicionais do café, do açúcar, do gado, etc., realizados na grande propriedade ou não. A retomada do crescimento econômico, num período de transição para uma economia industrial, ocorreu paralelamente a consolidação da grande exploração agropecuária. Não foram tomadas medidas relativas a redistribuição de terras; os planos de fomento a pequena propriedade familiar policultora duraram pouco e, sequer as leis trabalhistas e previdenciárias chegaram ao trabalhador rural⁸.

(8) BENETTI, M. D. As Relações entre o Estado e Cooperativismo: Análise do período 1933 - 37. Rio Grande do Sul, 1984. P. 32 (mimeo).

Essa fase do Cooperativismo Cooperativista se encerrou definitivamente com o Decreto nº 581 que revigorou o Decreto 23.611 (1932). Este último durou até a institucionalização do Decreto-lei nº 59, em meados da década de 60, onde se iniciou uma nova fase de intervenção estatal com características também paternalistas e excessiva centralização do poder público. Por outro lado, foi na década de 60/70 que as cooperativas vinculadas as atividades de exportação se modernizaram, tornando-se grandes empresas de negócios com papel destacado na moderna agricultura brasileira.

Até a década de 60, o cooperativismo no país carecia de uma entidade que representasse o movimento como um todo e, conseqüentemente, aglutinasse os interesses comuns em torno do seu direcionamento. Porém, só no final da década, no VI Congresso de Cooperativismo (2 a 6/12/1967, em Belo Horizonte) é que as cooperativas do país criaram a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), entidade aglutinadora das várias tendências do cooperativismo. De início, a tarefa primordial dessa entidade seria a elaboração de uma nova legislação que atendesse aos anseios dessas organizações.

Essas perspectivas e uma série de outras prerrogativas só foram possíveis com a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 que, além de estabelecer a OCB enquanto entidade jurídica, definiu as bases legais de representação, organização e situação do sistema cooperativista no país.

3. DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO AGRÍCOLA NO BRASIL

Para se analisar o desenvolvimento das cooperativas agrícolas no Brasil é necessário uma discussão sucinta de como evoluiu a agricultura no país. O presente capítulo começará enfocando o processo de modernização, iniciado no pós-guerra, para posteriormente discutir a fase de industrialização da agricultura e, por fim, o surgimento dos complexos agro-industriais.

Cada uma dessas fases se caracterizou por um certo grau de complexidade e dinâmicas próprias. Contudo, o entendimento dessa evolução só será possível inserida na discussão do desenvolvimento das relações capitalistas na agricultura brasileira: as transformações nas relações de produção, o caráter da intervenção do estado e o papel das novas classes emergentes.

Inicialmente, é importante discutir dois conceitos fundamentais: o de "Via Prussiana" e o de "Via Democrática". Ambos são necessários para caracterizar a maneira como o capital definiu a sua dinâmica no setor primário da economia.

A "Via Democrática" predominou na agricultura de alguns países da Europa. Na França, por exemplo, a classe burguesa para se tornar hegemônica se aliou aos camponeses e operários, com o objetivo de derrotar os antigos senhores feudais. A consequência dessa aliança foi a penetração do capital via a pequena propriedade. Segundo Filgueiras(1992), ao longo do tempo, essas pequenas propriedades passaram por um processo de diferenciação interna, resultando na sua modernização, capitalização e integração ao mercado capitalista.

Já a "Via Prussiana" caracterizou-se pela manutenção de uma estrutura fundiária concentrada, predominando grandes unidades de produção, posteriormente tecnificadas e modernizadas. Esse processo ocorreu na Alemanha onde a aliança da burguesia com os antigos senhores feudais visava impedir a hegemonia do proletariado. Por isso a não existência de uma reforma agrária e o predomínio do assalariamento no trabalho rural.

No Brasil, as relações capitalistas de produção penetraram no campo com base numa aliança entre a burguesia e o latifúndio, necessária ao processo de industrialização da economia como um todo. A consolidação da chamada "modernização conservadora"⁽⁹⁾ expressa os objetivos dessa aliança que manteve a grande propriedade fundiária e impediu mudanças profundas nessa estrutura.

(9) A "modernização conservadora" teve sua origem nos fins da Segunda Guerra Mundial e intensificou-se nos anos 70. Essa maneira como se desenvolveu o capitalismo na agricultura, caracterizou-se por uma articulação de interesses ao redor da grande propriedade fundiária o que implicou na impossibilidade de reforma agrária e de um desenvolvimento democrático.

O processo de modernização da agricultura no Brasil se iniciou no pós-guerra e prosseguiu até a primeira metade da década de 60. Nessa fase, operaram-se importantes transformações na base tecnológica através da política cambial. No que se refere à política cambial, o mecanismo utilizado pelo governo foi chamado "confisco". Este possibilitou a geração de consideráveis recursos provenientes das exportações de café. Naquele momento, a estratégia adotada pelo Estado visava financiar a industrialização do país, aumentando as divisas, possibilitando, assim, maior produtividade agrícola.

Até a primeira metade da década de 60, a modernização se caracterizou por uma intensa melhoria nos padrões técnicos desse setor. Esse processo possibilitou uma dinamização mais integrada a nível setorial e intensificou a mercantilização da agricultura com a entrada de novos equipamentos, máquinas e insumos. Todavia, a montagem dessa estrutura possuía uma suporte frágil, pois dependia das divisas originadas nas exportações brasileiras. Elas, por sua vez, estavam sujeitas às oscilações de preços no mercado internacional.

A partir de 1965, iniciou-se uma nova fase do desenvolvimento agrícola no país denominada de industrialização. Segundo Kageyama(1986), esta fase se caracterizou por uma maior utilização de insumos modernos e intensas mudanças nas relações de trabalho rural. A mecanização passou a substituir a força animal e a habilidade do trabalhador. O aspecto marcante, naquele momento, foi a internalização do setor produtor de bens de capital para a economia.

Essa transição só ocorreu devido ao avanço tecnológico alcançado na fase anterior e pela mudança no padrão de financiamento da agricultura. O Estado passou a intervir, a partir dos anos 60, via uma política de crédito, consolidando-se com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).

A intervenção através da política creditícia se fazia em função da captação de recursos nos bancos para serem canalizados ao setor agrícola. Os bancos foram obrigados a repassarem 10% dos depósitos a vista em empréstimos ao setor. Para Sayad (1984), a principal característica do crédito foi a sua destinação para a compra de insumos e equipamentos específicos. A estratégia do Estado visava, portanto, implantação de um novo padrão técnico-econômico que alterasse as condições de concorrência no mercado.

O crédito foi altamente subsidiado tanto para formar mercados para indústria, como também para fornecer ao setor primário da economia o mínimo de capacitação técnica. O fornecimento do capital de giro a um custo abaixo do mercado era feito através do crédito de custeio. Essa forma de financiamento viabilizou a ampliação e o sustento da modernização agrícola.

Entretanto, o verdadeiro papel do crédito subsidiado foi o de articular agricultura e indústria, para moldar uma estrutura tipicamente agroindustrial. Com a formação dos Complexos Agroindustriais (CAIs), o segmento deixou de captar recursos no mercado financeiro agrícola para obtê-lo no mercado financeiro em geral. Conseqüentemente, ocorreu a integração da agricultura ao domínio do capital industrial e financeiro, transformando-se em mais uma parte do processo global de acumulação capitalista no país.

Sem dúvidas, a constituição dos CAIs implicou profundas mudanças na agricultura. A sua dinâmica passou a ser tratada não a partir da sua totalidade e sim, por vários segmentos, com características próprias e totalmente interligados à indústria. Isso fez com que o Estado deixasse de atuar via uma política geral para a agricultura, passando a intervir com políticas específicas para determinados produtos e regiões do país.

De acordo com Graziano(1989), o Estado é forçado a agir com duplo objetivo :

- Restabelecer uma nova regulação geral, definindo os parâmetros fundamentais para a rentabilidade dos capitais nos diversos segmentos;
- Atuar como intermediador das disputas internas dos CAIs, definindo preços, regulando o mercado, etc.

Portanto, é num contexto de maior estreitamento das relações intersetoriais, maior subordinação agricultura/indústria, bem como do novo caráter da intervenção estatal que se buscará entender a evolução e os problemas vivenciados pelo cooperativismo agrícola no Brasil.

Este capítulo buscará identificar a importância do crédito agrícola, enquanto estratégia de política pública, além da relevância de fatores jurídicos e institucionais para o desenvolvimento e crescimento do cooperativismo agrícola, na década de 70.

As origens do cooperativismo agrícola no país remontam o início desse século. Como já dito, sofreu fortes influências dos imigrantes italianos, alemães, holandeses e japoneses. Porém, o seu desenvolvimento aconteceu, de forma intensa, no final da década de 60 e no decorrer da década de 70.

O rápido crescimento das cooperativas se deu graças a uma série de incentivos e estímulos por parte do setor governamental. Este encontrou nesse segmento a maneira de aplicar políticas de apoio a certos setores da economia, como por exemplo, aquelas voltadas para o comércio exterior. Daí a importância de culturas como a soja e dos substitutivos de importações que devido alta rentabilidade, alavancaram as exportações e contribuíram para consolidação do cooperativismo no país.

A transição para a década de 70 foi um marco para o movimento cooperativista nacional. Até esse período, as cooperativas agrícolas atuavam apenas no âmbito da comercialização. As mudanças ocorridas na economia brasileira, no fim da década de 60, e o aprofundamento da modernização agrícola, foram os fatores que permitiram importante processo denominado multicooperativização.

O termo "multicooperativa" significa que esse segmento produtivo tornou-se um centro autônomo de acumulação de capital, se aproximando em termos de complexidade de organização, de uma grande empresa comercial e industrial. Sua estrutura organizacional passou a ser definida em função de alguns fatores :

- regiões geográficas onde atuavam;
- mudanças do mercado interno, tendendo a uma oligopolização em todos os níveis;
- complexidade da estrutura de organização, inclusive números de estabelecimentos que compõem as empresas e as relações inter e intra setoriais.

3.1. AS POLÍTICAS DO ESTADO PARA A AGRICULTURA, NA DÉCADA DE 70

A década de 70 caracterizou-se por importantes políticas públicas para a agricultura. Esta é incentivada buscando-se alcançar bases empresariais. Com isso foi possível dar competitividade aos produtos agrícolas no mercado externo e ampliar a utilização de insumos mais modernos.

O crédito agrícola foi o instrumento utilizado pelo Estado para o alcance destes objetivos. Os recursos aplicados pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) cresceram rapidamente. No período de 1969 a 1975, os créditos para o setor cresceram em 14 vezes, enquanto o produto agrícola aumentou em apenas 6 vezes. (SAYAD, 1984).

Durante toda a década, o número de contratos do SNCR cresceu em 132,3%. Em termos de custeio, o aumento correspondeu a 189,0% e , para os financiamentos em todas as modalidades, o crescimento foi da ordem de 87,0%. Em 1981, o valor total dos empréstimos feitos pelos bancos chegava a 125% do total dos empréstimos do setor financeiro ao setor privado da economia (Pinto, 1979).

O programa de crédito rural, definido no ano de 1965, tinha, portanto, objetivo de crescer os investimentos no campo. Esses financiamentos atenderiam ao custeio e a comercialização, atingindo aos pequenos e médios produtores. Segundo Sayad(1984), o Programa de Crédito tentava oferecer mais recursos financeiros à agricultura, pois os bancos comerciais não vinham atendendo satisfatoriamente as demandas do setor rural.

Na tabela 1, pode-se observar que durante os anos 70 houve um progressivo crescimento dos financiamentos concedidos aos produtores rurais e às cooperativas. O crédito de custeio, por exemplo, cresceu, de 1970 a 1980, em 120 vezes, ao passo que o total geral de recursos alcançou, no início dos anos 80, um montante 90 vezes superior ao do início da década anterior. Isso denota um considerável crescimento dos recursos ao setor rural advindo do programa de crédito adotado pelo governo naquele período.

Tab. 1 - Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas rurais - Total de todos os estabelecimentos de crédito - 1970 a 1980 (Cr\$ milhões)

Ano	Custeio	Investimento	Comercialização	Total
1970	4124,3	2510,3	2613,3	9248,0
1971	5600,5	3796,5	3472,7	12869,7
1972	7772,8	6174,7	4721,3	18668,8
1973	12953,5	10036,9	7343,5	30333,9
1974	21734,5	14612,2	11926,0	48272,8
1975	39446,2	28123,4	22427,5	89997,2
1976	54957,8	42216,5	33051,8	130226,2
1977	78428,4	40236,4	47193,9	165858,7
1978	111566,1	58423,9	63952,5	233942,5
1979	225693,7	112104,7	110932,4	448730,9
1980	486156,7	161171,7	211864,7	859193,1

Fonte: BACEN, 1979/80

A política creditícia, durante os anos 70, visava não só o crescimento dos investimentos, mas também da produção agrícola. De fato, o setor registrou altas taxas de crescimento. Segundo a FAO a produção de cereais alcançou um aumento de 50% ao passo que a agricultura cresceu aproximadamente em 66%.

Em relação ao sistema de crédito, é clara a sua característica restritiva e a elevada concentração nos grandes produtores. Isso seria consequência do próprio processo de modernização ocorrido nos anos 70, que concentrou propriedades e estimulou consideravelmente as lavouras para exportação.

O sistema creditício atingia menos de 20% dos produtores rurais. Em 1966 os pequenos produtores tinham 90% dos contratos e 34% do valor, em 1976 estes números caíram para 74% e 11%, respectivamente. "Para os grandes produtores", os dados passaram de 0,4% dos contratos e 20% do valor, para 3% dos contratos e 53% do valor"(Pinto, 1979).

O crédito agrícola teve um crescimento importante no final da década de 60 e início da década de 70 (1968-73). Antes representava 18% do crédito total do país, passando a representar 30% do total deste montante. Do ano de 1973 até 1978 esse valor aumentou 5 vezes, crescendo num valor real de 190%. Neste mesmo ano, o movimento de recursos representou 80% do Produto Agrícola Nacional.

Em relação ao financiamento de determinadas culturas, como é o caso da soja, do trigo, do café e do arroz - produtos exportáveis - estas representavam 49,6% da produção agrícola no Brasil e recebiam 80% do crédito agrícola(Coradini, 1982). Segundo relatório do Banco do Brasil, 80% dos produtores do país não recebiam crédito e os 20% que trabalhavam com crédito, tinham uma distribuição desigual. Em 1976 os grandes produtores recebiam 54%, os médios 35%, enquanto os pequenos detinham 11% dos recursos recebidos. A organização cooperativa, por ser formada por muitos pequenos produtores, necessitava das cooperativas centrais para arcar com custos de transporte e comercialização de seus produtos e, portanto, garantir recursos suficientes para suas atividades.

O atendimento aos grandes produtores era consequência da política adotada pelo Governo naquele período. A necessidade de saldos positivo no balanço de pagamentos levou ao privilegiamento das culturas de exportação: a soja, por exemplo. Os grandes proprietários, com elevado grau de mecanização nas suas propriedades, foram os verdadeiros detentores dos recursos destinados ao financiamento do campo.

A concentração do crédito se deu tanto a nível de produtos/produção, mas principalmente, a nível de região. A causa disso se relacionou ao fato de que os programas de crédito ao possuírem juros baixos, faziam com que o setor financeiro distribuisse maior parcela aos agricultores que apresentassem um menor risco, oferecessem garantia real e possuíssem maior liquidez.

O caráter de facilidade do crédito, bem como o seu barateamento teve efeitos negativos. O que se pôde observar foi a concentração em favor dos grandes produtores, aumento do preço das terras, desvio de recursos para outras atividades não produtivas e crescente endividamento do setor rural(Pinto, 1979) Esse tipo de política proporcionou ao setor agrícola uma total dependência dos recursos, acentuando uma modernização de características excludentes, funcionando como um mecanismo de concentração da renda no país.

Na literatura corrente, a característica concentradora do crédito rural é amplamente aceita. Contudo, a polêmica sobre esse instrumento de política agrícola diz respeito ao fato de mesmo ser ou não eficaz em termos de incentivo à agricultura.

Determinada vertente afirma que os resultados de uma política de crédito subsidiado traz impactos pequenos comparado aos custos que acarreta na economia como um todo. O fato deste poder ser aplicado em atividades mais rentáveis e não naquelas a qual se destina, resulta efeitos negativos sobre a distribuição de renda no país (Sayad, 1984).

Por outro lado, acredita-se que as críticas levantadas sobre a responsabilidade do setor agrícola no crescimento da inflação, são infundadas. Portanto, "o setor não recebe privilégios, na medida em que a política comercial proporciona, às custas da agricultura, uma soma de recursos que cobririam com folga aqueles dirigidos ao crédito agrícola. Com a vantagem de que, arrecadados tais recursos através das culturas de exportação (que se identificavam com as grandes propriedades e gozavam de elevada produtividade), sua distribuição via crédito pode favorecer a todas as demais culturas, de mercado interno e de pequenos e médios proprietários"⁽¹⁰⁾.

Todavia, políticas de crédito subsidiado podem levar a inflação ou não, podem até influenciar consideravelmente nas contas do Governo, porém o que designa essa situação é a forma como se conduz a política econômica num país. No caso específico do Brasil o que predominou foram as medidas restritivas, de contenção de gastos e, enxugamento do meio circulante, paralelo a anos de recessão, penalizando enormemente o setor agrícola.

Quase sempre imputou-se, nesse segmento, responsabilidade pelo aumento interior dos preços sem, na maioria das vezes, responsabilizar o caráter e o dimensionamento da política, sempre a serviço do setor industrial e, portanto, coerente com o tipo de produto, produtores e regiões beneficiadas.

Foi neste contexto que as cooperativas se dinamizaram e conseguiram a sua inserção nas transformações correntes. O período foi de mudanças extraordinárias e o Estado via nas cooperativas a alavanca para o crescimento e modernização, uma espécie de suporte para uma extensa camada de pequenos/médios produtores não atendidos pela falta de política de bem-estar social.

Com isso, o crédito subsidiado assumiu importância fundamental, já que o segmento não dispunha de elevado grau de rentabilidade, até o momento. A estrutura de uma cooperativa, formado na maioria por pequenos/médios produtores, não possuía condições reais de gerar excedente, portanto, de se autofinanciar via os próprios recursos.

(10) MUNHOZ, D. G. Economia Agrícola. Agricultura: Uma Defesa dos Subsídios. Rio de Janeiro, 1982. P.35.

É exatamente neste aspecto que surgem dois problemas fundamentais: a maneira como cresceram as cooperativas e a conseqüente dificuldade na relação entre a base dos produtores e a direção destas. Com isso, vale destacar o papel fundamental que teve o Estado ao definir mudanças na legislação e no acesso ao crédito subsidiado, possibilitando o aumento da capacidade instalada e a diversificação do processo produtivo nestas organizações.

3.2. IMPORTÂNCIA DAS MUDANÇAS INSTITUCIONAIS

Durante a década de 70, o cooperativismo agrícola no país sofreu importantes mudanças no seu aspecto institucional. A orientação oficial consubstanciada nos Decretos-Leis, influenciou a dinâmica e o próprio processo de capitalização dessas instituições. O direcionamento do crédito, os estímulos financeiros e a assistência técnica, como também a possibilidade de expansão/diversificação das atividades marcaram esse período.

Ainda na década de 60, a Lei 4595 (dez/1964) limitava o apoio do Estado às cooperativas. Estas, em sua maioria, se constituíam em estruturas exclusivamente comerciais e tal atividade era realizada por uma central cooperativista. A ação do Governo Federal, no que diz respeito às cooperativas rurais, foi a vinculação destas ao Ministério da Agricultura como parte da estratégia de uniformização do desenvolvimento agropecuário.

Vale destacar, portanto, o papel exercido pelo INCRA, pela EMBRAPA e o próprio Banco Nacional de Crédito Cooperativo - BNCC. Esses órgãos foram a base da orientação de uma política cooperativa nacional, fortemente influenciada pela importância assumida pelo setor agrícola naquele período. O INCRA, especialmente, privilegia as cooperativas agrícolas apoiado nos incentivos e fomento dos recursos obtidos com a criação do Banco Nacional Crédito Cooperativo.

Contudo, a Lei nº 5764 (dez / 1971) - continua, em parte vigorando - institucionalizou a cooperativa como instrumento de modernização da agricultura. Esta lei além de permitir a aceleração do seu processo de crescimento, eliminou as barreiras que as impediam de atuar como qualquer outra empresa capitalista.

No seu artigo de nº 4 definia cooperativas como: "... sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

I - adesão voluntária com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnicas de prestação de serviços;

II - variabilidade do capital social, representado nas quotas-partes;

III - limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultando, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;

IV - quórum para o funcionamento e deliberação da Assembléia Geral baseados no nº de associados e não no capital;

V - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral;

VI - indivisibilidade dos fundos de reserva e de assistência técnica, educacional e social;⁽¹¹⁾

Destacam-se aqui, alguns aspectos importantes para o estudo em questão. As cláusulas acima definem funcionalmente o processo democrático interno da cooperativa e como se deu a sua capitalização.

Conforme dito anteriormente, essa nova legislação inseriu as cooperativas na nova dinâmica da agricultura condicionada pelo modelo de acumulação vigente no país. Conseqüentemente, impactou na sua atuação e, com certeza, definiu novas estratégias e até o surgimento de novas dificuldades, em termos de alocação e uma gestão mais democrática.

O processo de acumulação de capitais que vigorou no país, ao se caracterizar como concentrador, aprofundou as disparidades regionais existentes. Essa nova lei ao incentivar a penetração do capital no meio rural, via subsídios e isenções fiscais, privilegiou as cooperativas que atuavam em regiões mais desenvolvidas economicamente. São as chamadas cooperativas empresarialmente desenvolvidas, concentradas no sul e sudeste do país. É o exemplo das cooperativas de soja/trigo e os produtos lácteos e hortifrutigranjeiros, beneficiados por políticas que privilegiaram os segmentos melhor situados na hierarquia rural.

Segundo Schneider (1979), a Lei nº 5764 (1971) dá um direcionamento empresarial ao cooperativismo. Estimulando o processo de fusão, a integração vertical da produção e a maior participação de algumas cooperativas nos subsídios, exportações e produção de certas matérias-primas voltadas para a indústria. Esses fatores, de acordo com o autor, marginalizaram os ramos da agricultura voltados para o mercado interno.

(11) RECH, D. Cooperativas: Uma Onda Legal. Coleção Socializando os Conhecimentos nº 08, Rio de Janeiro, 1991. P. 41.

3.3. AS NOVAS FORMAS DE CAPITALIZAÇÃO

A capitalização constituiu-se no instrumento de manutenção das cooperativas no mercado. Ao final de cada exercício, cada organização retém parte de suas sobras, estas por sua vez resultam das operações realizadas. Isso garante sua funcionalidade e competitividade, daí a importância desse processo.

A Lei nº 5764 (1971) permitiu as cooperativas capitalizarem-se como qualquer outra empresa privada. Isso foi possível devido a alguns aspectos:

- possibilidade de operar com terceiros;
- associação a empresas não-cooperativas, sendo a sua atuação motivada em função da rentabilidade;
- possibilidade dos diretores manterem-se por muito tempo no cargo, contratando profissionais no mercado para dirigirem as cooperativas.

Essas organizações acumularam via formação do capital social e via fundos legais (firmados por lei). As duas maneiras privilegiaram o uso de capital de terceiros, já que a legislação limitava o crescimento via recursos próprios. Todavia, o princípio legal no qual a cooperativa não era vista como centro autônomo de acumulação de capitais, ainda exercia forte influência.

A formação do capital social dependia das sobras que eram geradas e retidas com as atividades econômicas da cooperativa. O aumento do capital social aconteceu com a incorporação de novos produtores e através do crescimento do seu quadro social. Porém, o artigo 24 da referida lei, não permitia a distribuição de qualquer benefício advindo das quotas-partes do capital. Mais precisamente, a Lei não permitia a chamada correção monetária para valorizar o capital. Portanto, os benefícios daí obtidos eram mínimos, ainda por cima numa economia convivendo com consideráveis taxas de inflação. Este aspecto era um dos maiores entraves ao processo de autofinanciamento.

Existiu uma outra forma de capitalização, a feita pelos chamados fundos obrigatórios. A exemplo desses tem-se os Fundos de Reserva, Assistência Técnica e Educacional e os fundos voluntários. Esses fundos são indivisíveis por lei, se constituíam no capital social da cooperativa.

Um trabalho realizado pelo IPARDES (1984) abrangendo três cooperativas no estado do Paraná tenta exemplificar como se deu o processo de capitalização de um modo geral. Constatou-se que esse processo foi preferencialmente financiado por recursos de terceiros. Em síntese, há indicações de que a expansão das cooperativas baseou-se no acesso a recursos de terceiros altamente subsidiados e não numa desmedida pressão financeira sobre seus associados.

Durante toda a década de 70, os períodos de expansão das cooperativas foram possíveis mediante financiamentos bancários a juros baixos e grandes empréstimos subsidiados e os períodos de crescimento corresponderam a um considerável aumento do seu endividamento.

O quadro a seguir demonstra a evolução da relação entre patrimônio líquido/imobilizações. Nesta tabela, o conceito de patrimônio líquido inclui o capital social mais os fundos de reserva. De acordo com esses dados, nos períodos de forte crescimento (geralmente caracterizados pela construção de novas unidades, armazéns e indústrias) os coeficientes obtidos são menores. Esses resultados só são possíveis devido a existência, na época, de financiamentos fortemente subsidiados pelos bancos estaduais e oficiais.

Tab. 2 - Evolução da Relação Patrimônio Líquido / Imobilizações brutas nas Cooperativas Cocamar, Comfrabel e Bom Jesus da Lapa - 1969 - 81

Ano	COCAMAR	COMFRABEL	BOM JESUS LAPA
1969	0,90	-	-
1970	0,96	-	-
1971	0,97	-	-
1972	0,48	-	-
1973	0,74	1,88	-
1974	2,44	1,11	-
1975	0,65	0,32	-
1976	0,70	0,23	0,38
1977	0,76	0,43	0,36
1978	0,30	0,81	0,32
1979	0,39	0,85	0,81
1980	0,56	0,99	0,84

Fonte: IPARDES

3.4. FATORES DE CRESCIMENTO DAS COOPERATIVAS NA DÉCADA DE 70

A década de 70 foi importante para o desenvolvimento e consolidação do segmento cooperativista no país. Neste período o número de cooperativas cresceu consideravelmente ao passo que a agricultura aprofundou o seu processo de modernização. Entretanto, essa notável expansão trouxe ao segmento alguns problemas relacionados à própria maneira como aconteceram as mudanças nas condições sócio-econômicas da sociedade agrária.

De uma maneira genérica, a configuração do cooperativismo agrícola no Brasil obedeceu à dinâmica de desenvolvimento da sua agricultura. A disparidade econômica norte/nordeste - sudeste/sul se reproduziu neste setor. A formação caracterizou cooperativas vinculadas a produtos mais tradicionais como o café e o açúcar e cooperativas ligadas a produtos privilegiados na modernização e integração da atividade agrícola.

Sem sombra de dúvidas, a opção por culturas mais tradicionais não acompanhou a dinâmica das transformações ocorridas a nível interno. Cooperativas como as do nordeste, mantiveram uma estrutura altamente comercial, formada por grandes proprietários e de certa forma tenderam ao enfraquecimento, visto já que aos seus sócios não era facilitado o acesso direto aos incentivos oficiais e à política de exportação (Coradini, 1982).

Por outro lado, a realidade vivenciada pelas cooperativas do sul / sudeste é completamente diferenciada. A sua formação tem uma forte influência dos imigrantes que ao chegarem no país, já possuíam uma ideologia cooperativista arraigada. Daí essas organizações serem heterogêneas em termos de associados e de tamanho das unidades produtivas. Geralmente, desenvolvem atividades voltadas para o comércio e trabalham com produtos vendidos internamente (trigo, e soja no sul, hortigranjeiros em São Paulo, produtos lácteos em Minas Gerais) e no mercado externo (caso típico é a soja).

Foi exatamente na década de 70 que as cooperativas ligadas à produção de soja no sul, as de produtos lácteos no sudeste e algumas cooperativas de produtos diversificados como o caso das hortifrutigranjeiros tornaram-se empresarialmente desenvolvidas.

O termo "empresarialmente desenvolvidas" corresponde às cooperativas que alcançaram um rápido e completo crescimento na sua estrutura. Esse segmento, passou a responder por 93% do total de faturamento das cooperativas brasileiras, por 76% do capital social e por 92% de todo montante dos fundos de reservas formadas por essas organizações no país. (SCHNEIDER, 1987).

Em termos da distribuição geográfica podemos perceber a predominância das cooperativas agrícolas nas regiões Sul / Sudeste do Brasil, no período que se estende de 1940 a 1980. No restante do país, concentra-se um número menor de cooperativas apesar de possuir um maior número de associados nas regiões norte, nordeste e centro-oeste.

Contudo, pela tabela 3, podemos observar que de 1960 até 1983 ocorreu uma diminuição no número de cooperativas nas regiões sul e sudeste do país, enquanto nas outras regiões houve um crescimento relativo dessas organizações. A região sul, por exemplo, no ano de 1940 era responsável por 39,2% das cooperativas singulares no país e a região sudeste respondia por 36,7%. Contudo, no ano de 1983 ambas diminuíram a sua participação no total de cooperativas agrícolas do país passando para 24,0% e 35,3%, respectivamente. Ao passo que o resto do país (Norte, Nordeste e Centro-Oeste) cresceu sua participação de 24,1% em 1940 para 40,7% do total de cooperativas agrícolas em 1983. Esse resultado é explicado pelo fato de que as cooperativas do Sul e Sudeste do país se dinamizaram, passando por processos de extinção ou integração entre si, via fusões, originando organizações maiores e com melhores condições de atenderem as exigências impostas pelo mercado. Isto deveu-se, principalmente, aos estímulos proporcionados pela legislação de 1971.

Tab.3 - Cooperativas de Produção Agropecuária por Região

Região	1940	%	1950	%	1960	%	1975	%	1983	%
Sul	208	39,2	367	30,8	551	31,7	390	33,5	290	24,0
Sudeste	194	36,7	468	39,3	637	36,7	443	38,1	426	35,3
Nordeste	118	22,3	296	24,9	453	26,0	248	21,3	340	28,2
Norte	8	1,5	30	2,5	53	3,0	16	1,4	52	4,3
Centro-Oeste	2	0,3	30	2,5	45	2,6	60	5,7	99	8,2
Total	530	100	1191	100	1739	100	1163	100	1207	100

Fonte: SCHNERDER, José Odelson. Evolução e Situação Atual do Cooperativismo no Brasil.

Em 1970, 6% dos estabelecimentos rurais no país comercializavam via cooperativas. Porém, no ano de 1980, esse percentual aumentou para 10%. Em termos de participação regional, o sul contava com 58% dos seus estabelecimentos rurais comercializando com cooperativas, o Sudeste detinha 27%, enquanto o Nordeste possuía 12% dos estabelecimentos fazendo comércio por intermédio das cooperativas. (IPARDES, 1980).

Esses dados são indicativos do intenso desenvolvimento das cooperativas nessa década. Por outro lado, observa-se também que a penetração dessas organizações ficou mais concentrada no sul e sudeste do país. Ali estas conseguiram modernizar-se e empreender, até a década atual, consideráveis projetos de ampliação e diversificação das atividades produtivas.

Em termos de produtos comercializados, a região Sul e Sudeste destacam-se, principalmente, no que diz respeito a soja, trigo, leite e derivados e o café. No início da década de 80, as cooperativas do Sul comercializaram 88,9% da soja e 85,1% do trigo produzidos na região. No Sudeste, as cooperativas eram responsáveis pela comercialização de 72,3% do leite e derivados e 65,9% do café. Esses dados podem ser visto na tabela nº 9, abaixo.

Tab 4 - Produtos Comercializados pelas Cooperativas no país. Região Sul / Sudeste - 1983

Produtos (%)	Regiões			Total
	Sul	Sudeste	Outros	US\$ 1,000.000
Café	33,6	65,9	0,5	326
Leite e derivados	19,9	72,3	7,8	1,197
Soja	88,9	7,5	3,6	1,846
Trigo	85,1	14,8	-	521
Outros	53,8	30,0	16,2	1,691

Fonte: IBGE / Curso Agropecuária

No que se refere ao valor dos produtos primários recebidos pelas cooperativas singulares destacam-se a soja, o trigo e o leite. Essas organizações recebiam 34,2% do valor total da soja em 1973 e no ano de 1975 se responsabilizavam pelo recebimento de 39,5% desse valor. O trigo teve a sua participação aumentada para 27,9% em 1974 e decresceu para 14,6% em 1975 enquanto o leite cresceu para 17,4% em meados dos anos 70. De acordo com a próxima tabela, os demais produtos tiveram sua participação reduzida incluindo a lã, bovinos, suínos e hortifrutigrangeiros.

Tab. 5 - Valor dos Produtos Primários Recebidos pelas Cooperativas Singulares - 1973 - 1975 (%)

Anos	1973	1974	1975
Produção			
Soja	34,2	31,4	39,5
Trigo	19,8	27,9	14,6
Arroz	3,1	3,4	4,3
Lã	5,6	2,2	1,8
Milho	0,9	1,4	1,4
Feijão	0,2	0,3	1,1
Café	4,1	5,6	6,6
Cacau	0,1	0,0	0,1
Leite	13,8	13,1	17,4
Cana-de-Açúcar	0,5	0,3	0,3
Algodão	0,9	0,5	0,8
Uva	0,3	0,5	0,3
Aves p/ corte	0,3	0,3	0,3
Bovinos	5,8	3,6	2,7
Suínos	1,6	1,3	1,3
Hortifrutigranjeiros	0,4	0,4	0,3
Outros	8,4	7,8	7,2

Fonte: Ministério da Agricultura - SUPLAN/1978, Vol. 1. p. 100

A próxima tabela ilustra o valor dos produtos industrializados em 1975, pelas Centrais ou Federações do Cooperativas em algumas regiões do país. Da produção total de laticínios, as cooperativas do Sudeste eram responsáveis por 86,3% e no Sul responderam por 10,4% do total produzido no país. As rações, suínos e aves também foram em parte industrializados pelas cooperativas nas várias regiões do país, conforme o quadro a seguir.

Tab. 6 - Central ou Federação de Cooperativas. Produtos Industrializados, em 1975, por regiões

(em Cr\$ 1.000,00)

Produtos	Sul	Sudeste	Nordeste	Centro-Oeste	Brasil
Laticínios	63.496	513.434	556	17.688	595.184
Suínos	17.935	79.677	-	-	97.612
Aves	5.2367	-	-	-	52.367
Soja	-	7.697	-	-	7.697
Algodão	-	-	38.373	-	38.373
Erva-mate	5.863	-	-	-	5.863
Rações	20.775	18.725	-	-	38.500
Total	160.436	619.533	38.939	17.688	83.650,6

Fonte: Ministério da Agricultura - SUPLAN, 1978, Vol. 10, p. 43.

Os dados apresentados até aqui são ilustrativos no que tange ao crescimento das cooperativas. Conseqüentemente explicitam a adaptação destas às políticas estatais e ao padrão vigente de acumulação no país. Diante disso, intensificou-se o processo de centralização. Esta tendência marcará não só a evolução desse segmento nas próximas décadas, como também condicionará o seu crescimento e o surgimento de conflitos na sua organização.

Para CORADINI (1982), paralelamente à expansão das cooperativas empresarialmente desenvolvidas e à extrapolação da sua atuação para além da agricultura stricto sensu, à sua progressiva integração às políticas do Estado e ao desenvolvimento agroindustrial, se processou sua centralização. Com isso, o cooperativismo passou, na prática, a defender enfaticamente uma política de integração horizontal e vertical, apresentando uma proposta de maior participação no complexo agroindustrial nacional. Para que isso ocorresse seria necessário capitalizarem-se através de diversas formas, contando com uma maior participação financeira dos associados, retenção dos excedentes gerados, maior apoio financeiro do Estado, etc.

Os fatores que condicionaram o crescimento das cooperativas estão fortemente vinculados à capacidade de competir com grandes capitais e a capacidade de administrar os conflitos resultantes dos incentivos e políticas direcionadas pelo Estado. Porém, o intenso desenvolvimento alcançado por esse segmento não consolidou a sua capacidade de competir com as oligopólios industriais, bem como, aprofundou ainda mais a sua dependência em relação ao Estado e as contradições com seu quadro social em geral.

A busca de um maior poder de mercado, alicerçado por um crescimento acelerado, foi possível devido a alguns fatores que passaremos a analisar. Em primeiro lugar, destacou-se o apoio estatal em duas frentes fundamentais - o crédito e as mudanças na legislação. Paralelamente, a expansão da produção de certos itens com alto grau de rentabilidade, a exemplo da soja, fizeram com que as cooperativas solidificassem o seu processo de modernização e a sua participação em certos nichos agroindustriais.

Portanto, ao se analisar a atuação do Estado, não há como omitir o papel desempenhado pelo crédito cooperativo enquanto fator de aceleração do crescimento e de aprofundamento da dependência entre o segmento cooperativista e o Estado. No ano de 1975, por exemplo, as cooperativas singulares receberam 8% do crédito rural; desse total, 31% destinou-se a comercialização, 17% ao investimento e 11% eram para financiar o capital de giro. As regiões sul / sudeste receberam 91% de todo crédito cooperativo, e o estado do Rio Grande do Sul, sozinho, recebeu 46% de todo crédito cooperativo do Brasil.

Neste aspecto vale destacar a atuação do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC). Esta instituição foi responsável, em 1975, pela distribuição de 35,0% dos recursos, perdendo só para o Banco do Brasil, responsável por 48% de todo crédito rural destinado às cooperativas. Conforme a tabela abaixo.

Tab. 7 - % Crédito distribuído às cooperativas, segundo as fontes de financiamento, Brasil 1973-75

Fontes	1973	1974	1975
Banco do Brasil	44,0	46,2	48,3
Bancos Comerciais	9,1	11,6	16,7
BNCC	46,9	42,2	35,0

Fonte: Ministério da Agricultura - SUPLAN, 1978, Vol. 3, p. 16.

O BNCC surgiu baseado em modelo adotado nos países da Europa, especificamente o Credit Agricole Francês, um banco privado com os recursos advindo do Tesouro Francês. No caso brasileiro, a sua organização se constituiu numa sociedade de capital, com a participação das cooperativas o Governo sendo seu acionista majoritário.

O modelo de bancos cooperativos adotado na Europa, dispunha de uma enorme agilidade na captação de recursos. Atuavam no mercado de capitais e em diversos setores produtivos da economia. A exemplo disso tem-se o Raibobank, na Holanda, responsável por 91% de todo o crédito rural oferecido aos produtores.

O BNCC acompanhou a estratégia adotada no país para o financiamento da agricultura. Aqui, esta instituição foi o instrumento de repasse dos recursos do Tesouro Nacional, daí não ter criado mecanismos eficientes de captação em outros mercados e conseqüentemente, os empréstimos àquele setor embutiram juros bastante elevados para o segmento.

A existência, por outro lado, de créditos subsidiados foi fundamental no processo de crescimento das cooperativas. Estas, para atuarem no mercado, necessariamente teriam que enfrentar a concorrência com grandes conglomerados e o seu quadro social era representado, na grande maioria, por pequenos produtores que não dispunham de excedentes suficientes para sustentar este crescimento. Daí a importância dos subsídios, já que as cooperativas não dispunham de rentabilidade suficiente para competir com grandes empresas nacionais e multinacionais. Além disso, financiar esse ritmo de crescimento com recursos próprios representava um considerável sacrifício dos seus associados que não gerariam nem reteriam volume de excedentes suficientes para a sustentar este processo.

Até o final dos anos 70 houve um considerável crescimento das taxas de subsídios embutidos nos empréstimos dos bancos oficiais. No início da década essa correspondia a 3%, aumentando gradativamente e alcançando em 1980 um valor de 65%, conforme demonstra a tabela abaixo.

Tab. 8 - Estimativa das taxas de subsídios explícitos. Nos empréstimos dos Bancos Oficiais (1972-80)

(em percentagem)			
Ano	Taxa Anual de Inflação (1)	Taxa de Juros dos Financiamento (2)	Taxa de Subsídios (1-2) = (3)
1972	16	13	3
1973	16	13	3
1974	34	15	19
1975	29	15	14
1976	46	15	31
1977	39	15	24
1978	44	18 a 24	26 a 20
1979	77	29 a 38	48 a 39
1980	110	45	65

Fonte: IPARDES

Dentre as críticas em torno do crédito cooperativo, é importante destacar a formulada por Bulgarelli (1971). Segundo este, os produtores não estariam preparados para o exercício do crédito cooperativo e estas organizações, no país, descumpriam a própria doutrina e as normas do crédito bancário. Por outro lado, em face ao crescimento do setor cooperativo, que tem alcançado elevadas taxas - principalmente no Sul - esse segmento possui condições de contribuir na redução do problemas rurais. Daí a alternativa de se ocupar novas fronteiras agrícolas, via a reforma agrária com as cooperativas, beneficiando, assim, os pequenos proprietários.

Dessa maneira, ainda que o BNCC tenha exercido fundamental papel na distribuição de crédito, acumulou distorções e erros na sua concepção, evidenciando a necessidade de uma política que realmente minimizasse problemas de financiamento da produção / comercialização agrícola no país. Além disso, influenciou no crescente endividamento do setor rural, já que representou 100% do valor da produção, tornando o setor completamente dependente do Estado.

Um outro aspecto a tratar, no que se refere aos fatores de crescimento do cooperativismo, foram as mudanças ocorridas na legislação. Como dito anteriormente, a Lei 5764 (1971) permitiu essas atuarem com uma perspectiva de empresas comerciais e foi fundamental no acesso que tiveram ao crédito subsidiado para o aumento da sua capacidade instalada e diversificação das suas atividades.

Um bom exemplo da importante influência dessa lei no sucesso de uma organização cooperativista é dado pela CAC - Cooperativa Agropecuária de Cotia. Esta foi, durante muito tempo, uma das maiores empresas agrícolas do país com uma forte estrutura de comercialização e considerável peso no mercado brasileiro de produtos agrícolas. A Lei 5764 a tornou uma organização com visão tipicamente empresarial. À cooperativa era permitido associações com terceiros e com outros tipos de empresas não cooperativadas. Isso, conseqüentemente, rompeu princípios universais da doutrina e as novas formas de capitalização permitiam o financiamento do seu próprio crescimento.

As transformações na legislação, evidentemente, constituiu-se num dos fatores do sucesso da Cotia. O sistema de taxas cobrados dos cooperados para formação de um fundo de reserva para aumentar o seu capital, permitiu sua autocalcapitalização. As taxas cobradas eram diversificadas e complexas para o entendimento do produtor cooperado. Essas formavam as chamadas sobras-líquidas podendo ser, posteriormente, distribuídas aos associados. Essa distribuição era feita privilegiando aquele produtor comprador dos insumos da cooperativa e não o critério do maior volume de produção entregue. Dentre as taxas cobradas tem-se as de inscrição, comercialização, financiamento, transporte, infra-estrutura, etc.

Por outro lado, a utilização de um sistema de vendas por consignação foi bastante utilizado. Neste, o produtor entrega seu produto à cooperativa e, caso esta não consiga vendê-lo, devolve ao produtor. As vantagens deste sistema era de que os riscos (oscilações negativas de preços, deterioração, etc) na comercialização e produção eram repassados para o produtor. Portanto, a cooperativa tinha uma atuação completamente segura a nível da concorrência no mercado.

A Lei 5764 (1971) juntamente com o acesso facilitado a créditos oficiais fizeram da CAC a maior empresa do ramo. Em 1980 contava com cerca de 7000 associados, seção de engenharia, fábricas de insumos, "trade" de importação, uma pesada infra-estrutura de comercialização com grandes armazéns, quase 10000 funcionários e um patrimônio líquido beirando os 200 milhões de dólares (Deser, 1990).

3.5. O SURTO DA SOJA

Outro importante fator de crescimento das cooperativas foi a expansão do trigo e da soja. Estas culturas permitiram dinamizar o setor, devido a sua rentabilidade, e impulsionaram a agricultura nas regiões onde as cooperativas atuavam - destacadamente a região Sul do país.

A soja permitiu a viabilização de uma estrutura de comercialização - responsável pelo recebimento de outros produtos menos rentáveis - como também intensificou a entrada das cooperativas na fase da agroindustrialização, característica marcante da próxima década. Por outro lado, apesar de, principalmente a soja, gerar enormes excedentes e dinamizar o segmento, o processo de capitalização foi fortemente financiado por recurso de terceiros. Isso foi uma das causas, dentre outras, do endividamento dessas cooperativas nos anos seguintes.

A produção de soja significou, para o Sul do país, uma nova fase para agricultura. Por um lado influenciou nas profundas transformações ocorridas na estrutura agrária, bem como marcou uma outra direção ao cooperativismo, já que este precisaria se inserir na nova fase de relacionamento entre atividade agrária, industrial e as relações com o capitalismo em geral.

As cooperativas, no final da década de 70, alcançaram enorme crescimento. consequência, também, do apoio privilegiado concebido pelo Estado, consubstanciado no 1º Pronacoop (1º Programa Nacional de Cooperativismo) a partir de 1976. Os objetivos eram aumentar o número de associados, estimulando as cooperativas enquanto instrumento de modernização da agricultura no país. A operacionalização desse programa era feita pelo INCRA, EMBRATUR e o BNCC.

De acordo com o Instituto de Colonização e Reforma Agrária, no ano de 1979, 2460 cooperativas tinham autorização para atuar no país, o que representou duplicação no número de organizações existentes neste ano. Eram responsáveis pela comercialização da maior parte dos produtos agrícolas, no Rio Grande do Sul detinham 45,9% e no Paraná 30,2% da capacidade de armazenamento daqueles estados.

Durante as décadas de 60/70 a cultura da soja ganhou importância para a agricultura nacional. Nesse período, o acréscimo na produção foi de, aproximadamente, 600%. A sua exportação atingiu um valor superior a US\$ 50 milhões e o país alcançou a posição de 3º maior produtor no mundo.

Esse fabuloso incremento na produção levou a um aumento dos investimento no campo. Consequentemente, as cooperativas, responsáveis pela maior parte da comercialização desse produto, cresceram suas atividades comerciais, industriais e de prestação de serviços. Por fim, a alta rentabilidade dessa cultura e a existência de créditos subsidiados, aumentaram o poder do segmento tanto na negociação com terceiros, como também gerando um grande volume de excedente; tornando-o autônomo econômica e financeiramente.

Fatores como o crédito subsidiado, o incremento da produção da soja e sua alta rentabilidade foram fundamentais para alcance, no final da década de 70, de consideráveis níveis de comercialização e industrialização. O segmento pode até enfrentar problemas de escassez de recursos oficiais e crescente endividamento, aspectos a serem tratados posteriormente neste estudo.

De acordo com a Fundação IPARDES(1984), mesmo nas cooperativas onde a comercialização da soja foi menor, foi justamente esse produto o viabilizador da montagem de uma estrutura de comercialização que permitiu aumentar o recebimento de produtos alimentares básicos e menos rentáveis. Portanto, o cultivo da soja, além de possibilitar um substancial crescimento da estrutura cooperativista, nos anos 70, também - junto com outros fatores - permitiu o crescimento do número de associados. De acordo com a tabela abaixo, no ano de 1980 o número de associados alcançou a marca de 1.282.903 cooperados nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, denotando um crescimento 4 vezes maior em 30 anos.

Tab. 9 - Quadro de Associações das Cooperativas Agrícolas no Sul e Sudeste do Brasil 1960-1980

Regiões	1960	1970	1975	1980
Sul	182.264	605.607*	402.594	1.282.903* ₁
Sudeste	121.836	-	232.983	
Brasil * ₂	406.486	759.133	794.911	

*₁ Os dados estão aglutinados

*₂ O total representa todas as regiões do país.

Fonte: BENECKE, Driter W. e ESCHENBURG, Rolf. Los Cooperativas in America Latina I, pg. 160.

Até o final da década de 60, o cultivo da soja foi feito acoplado ao trigo. Ambos os produtos praticamente utilizavam o mesmo maquinário e o cultivo era feito em épocas diferentes. Porém, na década de 70, esse acoplamento diminuiu, o boom dos preços internacionais fez com que a soja passasse a comandar a expansão da agricultura naquelas regiões. Portanto, as cooperativas acumularam recursos, consolidaram a prestação de serviços ao meio rural, infra-estrutura e as atividades de comercialização, repasse de crédito oficial, assistência técnica, além de transformarem a maior parte da produção e ficarem responsáveis, também, pelo cultivo de sementes selecionadas, difusão de novas tecnologias e comércio de insumos.

Em meados da década de 70, o Brasil alcançou o segundo lugar como exportador de soja. O Rio Grande do Sul era responsável sozinho por 62,76% do total das exportações, foi neste estado que se concentrou a maior parte da indústria de processamento de soja no país. No trabalho de CORADINI (1982), afirma-se que na região ocorreu, paralelamente a essa concentração, uma divisão do processamento da soja, entre capital privado nacional, capital externo, grandes cooperativas e pequenas empresas privadas nacionais.

Ao final dos anos 70, sete cooperativas no Rio Grande do Sul eram responsáveis por cerca de 20% do total da industrialização da soja no país. Desse total, a Cotrijuí responsabilizou-se por 39,2% e a Fecotrigo com 39,84%. Elas se beneficiaram e se expandiram basicamente através da industrialização e comercialização da soja, naquele período.

Em 1975, soja, bovinos, leite e uva foram responsáveis por 70% do valor das vendas dos produtos industrializados pelas cooperativas. O Rio Grande do Sul detinha 65% do valor dos produtos industrializados, sendo que a soja representava quase 30% desse valor. (EXAME, 1979).

De acordo com o ranking das maiores empresas brasileiras, ligadas à produção agropecuária publicado pela Exame, as seis maiores eram cooperativas de trigo e soja. Denotando, portanto, um intenso processo de diversificação e crescimento, verificado nos ramos de comercialização e processamento da soja, os quais foram privilegiados pela atividade cooperativista, principalmente no Sul do país.

Esse enorme crescimento trouxe consequências para o segmento cooperativista. Apesar do crédito fácil e subsidiado, a estrutura interna ficou abalada e novos problemas apareceram. O aprofundamento desses ocorreu na década de 80 quando a falta de recursos oficiais, o desafio de aumentar a participação dos associados, como também as altas taxas de inflação, causando crescente endividamento da agricultura, se constituíram na problemática que o cooperativismo agrícola terá que enfrentar.

4. O COOPERATIVISMO AGRÍCOLA NA DÉCADA DE 80

Os anos 80 foram marcados por uma série de dificuldades no contexto da economia brasileira. Foi um período caracterizado por altíssimas taxas de inflação, enorme concentração de renda, endividamento externo crescente, aumento contínuo do déficit público interno e perda da capacidade de financiamento por parte do Estado. Com isso, o PIB percapita cresceu apenas 0,95% e o país expôs alarmantes índices de pobreza e miséria.

As causas dessa crise generalizada foram bastante analisadas na literatura corrente e não se constituiu objeto do presente estudo. Contudo, os impactos da crise no setor agrícola influenciaram fortemente as transformações do cooperativismo no final da década de 80 e início dos anos 90, mudanças essas que pretendemos abordar nesse capítulo.

A economia brasileira que vinha alcançando um taxa média anual de crescimento em torno de 7,4% ao ano, alcançou nos anos 80 um patamar inferior a 1,5%. A agricultura, porém, cresceu 2,5% ao ano o que pode denotar, se comparado a média nacional, uma tendência diferenciada em relação aos demais segmentos produtivos. (Castro, 1992).

O desempenho relativamente favorável da agricultura, naquele período, pode ser explicado por três aspectos básicos: a intensa melhoria da produtividade, a política de câmbio estimulando as exportações de produtos primários e mudanças fundamentais na política agrícola do país, reconhecendo a importância deste setor para a retomada do crescimento da economia.

No que diz respeito a melhoria na produtividade agrícola, anualmente, o crescimento da produtividade média da terra foi de 2,07% para o total de lavouras, implicando uma taxa de crescimento de 58% do produto total. Nas culturas de exportação, a produtividade cresceu a uma taxa média anual de 2,16% e as lavouras voltadas para o mercado interno alcançaram crescimento médio de 1,39%. (Castro, 1992).

Por outro lado, os preços de arrendamento da terra apresentaram uma tendência decrescente, principalmente para a pecuária e o valor do aluguel das lavouras variou conforme taxas de inflação e de juros. Esse indicador se mantém elevado durante 1981/82 como também em 1986 - época do Plano Cruzado - e por fim, consegue manter valores elevados até o final da década, conforme mostra a tabela abaixo.

Tab. 10 - Índice de Preços de Arrendamento e Venda de Terra - 1980/90 - 1980-100

Ano	Índice de Arrendamento de Terra		Índice de Preços de Terras
	Lavouras	Pastagens	
1980	100	100	100
1981	113	90	112
1982	110	87	127
1983	96	85	83
1984	101	83	91
1985	105	91	108
1986	131	138	214
1897	86	95	109
1988	102	67	64
1989	103	99	97
1990	93	80	87

Fonte: IPEA/138. Pg. 43

A Agricultura Brasileira na Década de 80: Crescimento numa Economia em Crise. Ian Goldin / Gervásio Castro de Rezende.

A taxa de câmbio durante os anos 80, manteve-se relativamente inferior às décadas anteriores, exceto no período 1985/89 onde ocorreu forte valorização. Portanto, os preços relativos dos produtos agrícolas alcançaram níveis desejáveis, beneficiando as exportações desses produtos. Além disso, apesar dos enormes incentivos ao segmento agro-exportador, a produção vegetal interna aumentou sua taxa de crescimento, em comparação à década de 70. A próxima tabela mostra os índices de crescimento de algumas lavouras, tanto as destinadas ao mercado doméstico (arroz, feijão, milho, mandioca) como as destinadas a exportação.

Tab. 11 - Brasil - Taxa de Crescimento Anual da Produção e dos Rendimentos de Lavouras Selecionadas - 1973/81 e 1979/89 (em %)

Produtos	Taxas de Crescimento Anual	
	1973/1984	1979/1989
Arroz		
Produção	1,5	3,2
Rendimento físico	-0,9	3,9
Feijão		
Produção	-0,3	0,6
Rendimento físico	-2,3	-1,0
Mandioca		
Produção	-0,9	-0,3
Rendimento físico	-1,2	1,1
Milho		
Produção	2,0	3,1
Rendimento físico	0,8	1,4
Trigo		
Produção	2,4	14,2
Rendimento físico	-0,5	9,9
Algodão		
Produção	-1,3	3,3
Rendimento físico	-0,4	8,7
Cana-de-Açúcar		
Produção	8,3	8,6
Rendimento físico	3,3	1,3
Soja		
Produção	7,3	3,7
Rendimento físico	-1,9	1,0

Fonte: GOLDIN, Ian. A Agricultura Brasileira na Década de 80: Crescimento numa Economia em Crise. IPEA 138, Pg. 72. 1993. RJ

De acordo com a tabela acima, ocorreu crescimento na produção e no rendimento físico das culturas voltadas para o mercado interno, principalmente o algodão, o milho, o arroz e o feijão variando de 0,6% a 3,3% em taxas de crescimento da produção de -1,0% a 3,3% em taxa de crescimento do rendimento físico. Por outro lado, culturas como o trigo obteve crescimento em produção e rendimentos, a cana-de-açúcar e a soja mantiveram e, respectivamente, decresceram o seu desempenho.

Em termos de política agrícola, as mudanças ocorridas influenciaram bastante o desempenho desse segmento. O crédito rural deixou de ser o instrumento prioritário de intervenção estatal e o país passou a ter políticas reguladoras de preços (preços mínimos), bem como de estoques reguladores. Além desses fatores, os anos 80 foram marcados por uma série de programas econômicos, a exemplo do Plano Cruzado (1986), que causou uma certa "euforia" no meio rural ao desindexar o sistema financeiro, acabando com a correção monetária do crédito rural.

Acrescentou-se a esse cenário, a ocorrência de safras recordes em 1987, 1988 e 1989. Intensificou-se, também, os modernos programas de irrigação e difusão de tecnologias visando o aumento da produtividade e, paralelamente, expandiu-se a produção para novas fronteiras agrícolas. Dessa maneira, o setor pode atrair mais facilmente recursos de outros segmentos produtivos, em função da crise econômica, o que, evidentemente, aumentou o seu potencial de desenvolvimento e contribuiu para o seu favorável desempenho.

O processo de realinhamento da taxa de câmbio se constituiu num instrumento chave das mudanças ocorridas na política comercial. Em comparação com a década de 70, a taxa de câmbio foi, em média, inferior. Esse mecanismo proporcionou queda dos preços agrícolas no mercado internacional, beneficiando as exportações de produtos primários. Por outro lado, os resultados da crise econômica geral, com a redução da demanda interna, também estimularam o aumento das exportações dos produtos agrícolas.

A mudança de estratégia do governo, diante do papel do setor agrícola, pode ser observada na importância adquirida pela política de garantia de preços mínimos. Se, por um lado, a tendência era de total retirada dos subsídios para a agricultura - com o desmantelamento da política de crédito -, o Estado passou a dar mais segurança a esse segmento, através da regulação dos estoques, da política cambial incentivadora das exportações primárias mas, principalmente, utilizando a política de garantia preços mínimos.

As mudanças no caráter das políticas públicas para o setor foram possíveis graças a existência de uma agricultura mais moderna, readaptada às novas condições e podendo produzir independentemente do enorme apoio creditício oferecido. Essas mudanças também resultaram das dificuldades vividas pelo Brasil, nos anos 80, diante de um crônico processo de endividamento interno, originário do imenso volume de recursos enviados para cobrir os juros da dívida externa, que tirou do Estado toda sua capacidade de financiar o desenvolvimento da agricultura.

Além disso, o país por conta da sua imagem negativa diante dos credores externos, já que esses exigiam do país uma eficiente política de estabilização via mecanismos monetários e fiscais bastante ortodoxos, não conseguiu obter empréstimo junto a comunidade financeira internacional para o financiamento das atividades a econômicas.

Com isso, se impôs à agricultura alguns importantes desafios. Dentre estes, estava o de produzir alimentos e matérias-primas baratas, destinados a alimentar a massa de trabalhadores urbanos e reduzir os custos industriais, contribuindo para a queda dos preços da economia em geral.

Outro grande desafio era a reestruturação da matriz energética do país. A crise do petróleo triplicou os preços desse produto já que um barril passou de US\$ 12 para US\$ 33 (Kanitz, 1994). O caminho encontrado foi produzir álcool através de um audacioso programa - o Pró-álcool onde o setor agrícola teria papel chave.

Além desses dois desafios, a agricultura teve que garantir saldos positivos da balança comercial. O lema, então, foi exportar, com objetivo de enviar dinheiro para fora do país, cobrindo os enormes juros da dívida externa brasileira. Isso foi possível graças ao crescimento da produção interna, em torno de 14%, e a ocorrência de sucessivas safras recordes, durante os anos 80.

Esses desafios deveriam ser alcançados mesmo num cenário marcado pela crise econômica. Os recursos do crédito rural estavam restritos, pois suas fontes de financiamento esgotaram-se. O aumento da inflação levou as pessoas a desviarem suas economias para diversas aplicações, não mantendo os necessários depósitos à vista nos bancos. Por outro lado, a adoção, em alguns momentos, de políticas ortodoxas de restrição ao déficit público e as pressões do Fundo Monetário Internacional (FMI) fizeram com que o Estado aumentasse a correção monetária até meados da década e, gradativamente, até o final dos anos 80, retirasse os subsídios destinados ao setor agrícola.

Em meados da década de 80, foi a política de garantias de preços mínimos que passou a predominar. O objetivo dessa política foi garantir a estabilização do produtor rural num determinado momento e impedir a redução da sua renda. Os instrumentos utilizados foram os chamados Empréstimos do Governo Federal (EGF) e a Aquisição do Governo Federal (AGF).

O EGF se constitui num crédito de comercialização com juros abaixo do mercado. Com isso, o produtor obtinha liquidez, podia cobrir seus compromissos e até segurar seus estoques. Destinou-se tanto às cooperativas quanto aos produtores individuais e teve a vantagem do agricultor poder transportar seu produto ao longo do tempo, esperando o momento certo para a venda e/ou compra. Possibilitou dessa forma, uma estabilidade nos preços e maiores benefícios tanto ao produtor quanto ao consumidor.

Já a AGF era a forma que o governo se colocava como comprador direto do produto, caso o mercado não absorvesse. O Estado, porém, só comprava o excedente. Havia a possibilidade de estocar o produto, dando maior estabilidade de preços e de oferta, bem como a garantia de uma renda mínima ao produtor. Assim, esses instrumentos de política possibilitaram uma maior interferência a nível dos preços e da oferta entre o período da produção até a comercialização, podendo imprimir um certo grau de previsão nessa atividade.

É num cenário de grande crise econômica geral e importantes mudanças na agricultura, que as cooperativas tiveram que atuar. A falta de um efetivo planejamento por parte do Estado, o esgotamento do modelo de desenvolvimento e as várias tentativas de estabilização dificultaram as estratégias de atuação das empresas e, evidentemente, das cooperativas.

Não se deve afirmar, categoricamente, que os anos 80 foram melhores nem piores para o cooperativismo agrícola no país. As dificuldades existiram, porém as cooperativas que conseguiram se reestruturar enquanto empresas - situação permitida pela Lei 5.764 - mantiveram uma melhor posição frente às mudanças e os novos desafios econômicos. Ou seja, as cooperativas do Sul/Sudeste do país, privilegiadas pelo montante do crédito subsidiado oferecido em anos anteriores, pela a rentabilidade das culturas de exportação, como é o caso da soja e o próprio dinamismo da economia naqueles estados permitiram que essa se sobressaíssem em relação às cooperativas do Norte e Nordeste do país.

O chamado cooperativismo empresarialmente desenvolvido conseguiu, diante das dificuldades encontradas, criar mecanismos que permitiram sua estruturação num mercado cada vez mais competitivo. Até o final da década, por exemplo, estavam em atividade, no país, 1362 cooperativas singulares de produção agrícola e 42 cooperativas centrais, federações e confederações. Desse total, 312 localizavam-se na Região Sul, 446 no Sudeste, 471 no Nordeste, 109 na Região Centro-Oeste e 66 na Região Norte.

As Regiões Sul e Sudeste, respectivamente, absorvem 46 e 31% das agriculturas cooperadas no país. Conforme a tabela abaixo, culturas como soja e trigo têm uma alta participação de cooperados no total da produção, alcançando 45% no Sudeste e 54% no Sul, 58% no Sudeste e no Sul 76%, respectivamente.

Tab. 12 - Participação Percentual dos Agricultores Cooperados sobre o Total da Produção de Algumas Culturas nas Regiões Sudeste e Sul do País - em 1987

Produto	Região Sudeste	Região Sul	Brasil
Soja	45	54	37
Milho	7	23	15
Feijão	-	22	8
Arroz	2	34	17
Trigo	58	76	75
Algodão	21	41	28

Fonte: OCB - 1987

Como dito no capítulo anterior, a possibilidade das cooperativas se autocapitalizarem dependia, dentre outros fatores, do que estas organizações adquiriram individualmente no decorrer da década de 70 (período de intenso crescimento e diversificação das atividades). Além disso, também dependeu de uma contínua ampliação / diversificação e da capacidade de concorrência frente aos mercados locais e externos.

Por isso é que, a partir dos anos 80 acentuou-se o processo de agroindustrialização. Este tipo de comportamento levou o segmento cooperativista a centralizar capitais. Esse processo beneficiou aquelas cooperativas mais dinâmicas, responsáveis por uma estrutura caracteristicamente empresarial.

O processo de agroindustrialização foi possível graças a uma série de apoios dado pelo Estado ao setor agrícola em geral. Além de uma série de incentivos provenientes do crédito com juros negativos - ainda mantidos localizadamente até meados dos anos 80 - e de subsídios diretos ao consumo de fertilizantes e máquinas. O Estado apoiou, também, incentivando o aumento da produtividade, através de órgãos de pesquisa e financiamento. Esse tipo de atuação foi, portanto, prolongamento de uma sistemática política de industrialização, originada na década de 70. Esta objetivava, entre outras coisas, a integração das regiões agrícolas do Brasil a intensa expansão do capital no país.

Em 1987, no Brasil, existiam 502 Unidades Agroindustriais sendo que as regiões Sul e Sudeste eram responsáveis por 62% desse total, distribuído entre unidades produtoras de sucos, insumos, óleos, fertilizantes, destilarias, moinhos e laticínios. De acordo com a tabela 13 na região Sul destacam-se agroindústrias de insumos, óleos e moinhos enquanto no Sudeste predominam os laticínios.

Tab. 13 - Unidades Agroindustriais das Cooperativas nas Regiões Sul e Sudeste do País - 1987

Agroindústria	Sul	Sudeste	Brasil
Sucos	3	-	6
Insumos -			
agrotóxicos	1	-	1
calcários	3	-	4
rações	41	22	73
concentrados	19	6	25
Óleos - esmagamento de			
soja	12	2	16
algodão	2	-	17
Óleos - refino	6	-	8
Fertilizantes misturados	4	3	10
Destilarias de álcool	13	4	27
Moinhos			
milho	18	6	35
mandioca	2	-	8
Laticínios			
leite B	4	47	51
leite C	22	98	134
leite em pó	3	7	12
queijos	16	50	75
Total			

OCB: 1987

Esse processo de agroindustrialização das cooperativas se concentrou no sul/sudeste do país. Foi possível graças ao avanço da industrialização da soja, cultura caracterizada por facilidades na comercialização externa. Cooperativas como a Cotrijuí (Rio Grande do Sul) e Cocamar (Paraná) alcançaram posições privilegiadas em termos de receita operacional e patrimônio líquido. Além disso, o Estado sempre viu nessas organizações um instrumento de execução de certas estratégias e/ou de políticas governamentais, seja no próprio desenvolvimento da agroindústria, como também na possibilidade de melhoria nas condições de vida dos pequenos produtores.

A necessidade de se aumentar a industrialização nas cooperativas, trouxe importantes benefícios tanto no que se refere à capacitação tecnológica e gerencial quanto a maior eficiência e, conseqüente, melhores rendimentos e condições para as mesmas manterem-se num mercado altamente competitivo, muitas vezes dominado por grandes grupos internacionais. Portanto, as cooperativas procuravam alcançar um tamanho adequado, selecionando produtos e buscando atividades produtivas mais rentáveis como forma de enfrentar a concorrência, capitalizando-se e ampliando sua margem de investimentos.

O desempenho dessas organizações em termos do patrimônio, expansão da área de atuação, diversificação da produção, assistência técnica e pesquisa, marcaram seu desempenho produtivo nos últimos anos. No Rio Grande do Sul, por exemplo, o sistema cooperativista ganhou enorme espaço: os frigoríficos das cooperativas passaram a responder por 43% da produção; contribuir com 46% da produção de arroz; no recebimento e processamento de leite, respondem por 62% do total. Todavia, observou-se queda na comercialização de algumas culturas importantes, a exemplo da soja e do trigo. Culturas na qual as cooperativas eram responsáveis por 70% e 90%, respectivamente, da produção, no fim da década passaram a responder por 78 e 50% do total produzido.

Individualmente, várias cooperativas souberam enfrentar os problemas colocados pela crise econômica, vislumbrando a necessidade de mudanças no comportamento e mentalidade dos seus dirigentes. A Cooperativa Central de Laticínios do Paraná Ltda (BATAVO) é exemplo vivo do bom desempenho alcançado pelo segmento nos anos 80. Possui cerca de 1,5 mil associados, um faturamento próximo aos US\$ 400 milhões e um parque industrial composto de usinas de leite, fábricas de laticínios, de ração e de soja, abatedouro e indústria de derivados de aves e suínos. Além disso, não teve problemas de endividamento e obteve recordes na produtividade da soja, leite, milho e produtos com tecnologia de ponta. A sua perspectiva de crescimento alcança, em média, 4% ao ano.

A Coamo (Cooperativa Agro-Pecuária Campo Mourãoense) alcançou um montante de lucros próximos a US\$ 50 milhões, possui 26 mil associados, conseguindo, ao final da década, distribuir perto de US\$ 20 milhões em sobras aos cooperados e direcionar cerca de US\$ 30 milhões para fundos de investimento. Assim, como boa parte das grandes cooperativas, investiu na profissionalização de seus dirigentes e em tecnologias, as dívidas dos associados são rigorosamente cobradas e evita-se, ao máximo, empréstimos bancários. (Folha de São Paulo, Agrofolha, 29/06/93, P. 6).

Esses avanços obtidos foram possíveis graças a mudanças ocorridas no plano institucional. A garantia da autogestão permitiu às cooperativas o total desvinculamento do controle estatal. Essa mudança fundamental foi fruto das reivindicações das lideranças cooperativistas no X Congresso de Cooperativas em Brasília que resultou em mudanças na Constituição de 1988 via uma frente parlamentar formada por 217 deputados. O Art. 5º, XVIII permitiu a criação de associações cooperativas independente da autorização do Estado, sendo vedada a interferência no seu funcionamento. Além disso, criou-se o Departamento Nacional de Apoio ao Cooperativismo (DNACOOOP) que passou a ter função meramente apoiadora.

A Constituição de 88 também alterou vários dispositivos da Lei 5.764 (16.12.1971). Deu total liberdade ao sistema cooperativista e extinguiu qualquer instrumento de controle por parte do governo. A consequência mais imediata disso foi a proliferação de cooperativas que, na prática, não funcionam como tal. Segundo boletim da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo, "essas falsas cooperativas podem comprometer de maneira irreversível o nome do cooperativismo e das verdadeiras cooperativas, honestas e eficientes, de modo a não identificar o cooperativismo com confiabilidade (OCESP, P.1, 1993). Apesar das importantes mudanças ocorridas na legislação, ao longo das últimas décadas, essa já se mostra arcaica em alguns itens, principalmente, no que se refere a criação de mecanismos intervencionistas de controle e adequação ao novo perfil da agricultura e da economia, como um todo.

A Lei 5.764 (1971) ao permitir às cooperativas atuarem formalmente como empresas, possibilitou as estas planejarem o seu crescimento, buscando a contratação de executivos para dirigi-las e enfrentando as mesmas dificuldades de uma empresa comum. Além disso, as mudanças proporcionadas também pela Constituição de 1988, produto das novas exigências de uma agricultura mais moderna e independente de recursos oficiais, forçou as cooperativas se adaptarem a uma estrutura jurídica caracteristicamente mais autônoma.

Todavia, uma boa parte do segmento cooperativista não se inseriu nesse novo quadro institucional. Muitas cooperativas não entenderam que estavam livres de todo controle federal e, a exemplo do que ocorreu com a Lei 5.761 (1971), não acompanharam as suas mudanças, principalmente em relação ao surgimento de novas formas de financiamento da agricultura sem, necessariamente, a presença do Estado.

4.1. O ENDIVIDAMENTO

Ao final da década de 80, algumas cooperativas face ao intenso crescimento e a política paternalista, até então adotada pelo Estado, passaram a enfrentar uma série de problemas. Além da diminuição da renda agrícola, a total retirada do crédito oficial e a aplicação de uma série de planos econômicos com vistas a estabilização da economia, resultaram num drástico endividamento de algumas dessas organizações, forçando-as a rediscutirem problemas de gestão, planejamento de gastos, investimentos futuros e crescimento.

Estes problemas, no entanto, não podem ser generalizados para o segmento como um todo, apesar do endividamento ter atingido grandes cooperativas como a Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC) localizada em São Paulo considerada uma das 30 maiores empresas nacionais que foi cometida por uma dívida de cerca de US\$ 850 milhões. O endividamento também atingiu algumas cooperativas do Sul do país, dando a impressão de uma profunda crise no setor.

Na realidade, foi em fins de 1982 que se manifestou os primeiros sinais de crise financeira nas cooperativas agrícolas, principalmente as vinculadas à produção de grãos, atingindo a Federação das Cooperativas de Trigo e a Centralsul.

As razões do endividamento naquele período, muito provavelmente se vinculou ao limite jurídico do autofinanciamento na empresa cooperativa. Isso significa afirmar que a crise vivenciada pelo cooperativismo empresarial se relacionou à formas de financiamento do seu processo de crescimento.

Portanto, é correta a argumentação de Benetti (1983) sobre as causas desse endividamento. Ela afirmou que os princípios legais para a capitalização na empresa cooperativista - inibidores da acumulação via financiamento interno - juntamente com uma conjuntura de mercado interno e externo favorável - dado o alto grau de liquidez na economia - e a existência de mecanismos institucionais que permitiam a transferência de recursos às empresas privadas, viabilizaram uma capitalização com base no uso de recursos externos ou empréstimos de terceiros.

O índices de endividamento evidenciados pelas cooperativas, no entanto, se situavam acima dos registrados em outras empresas agrícolas. A utilização de recursos de terceiros para financiar suas atividades, bem como direcionar os seus investimentos é um dispositivo utilizado por qualquer empresa. Entretanto, o grau de endividamento se mostrou incompatível com o nível das vendas e da produtividade daquelas empresas.

O endividamento nessas cooperativas é consequência da atividade produtiva a que as mesmas se vincularam, ou seja, o cultivo de grãos, a soja e o trigo. Era consequência do elevado e até desordenado crescimento proveniente do surto destas lavouras. Antes dessas culturas a agricultura, naquelas regiões, ainda não se dinamizara e o associado não dispunha recursos suficientes para financiar o rápido crescimento. Portanto, para assegurar a sua expansão, as cooperativas necessitaram de um enorme montante de recursos, num curto espaço de tempo.

A necessidade de financiar a produção e a comercialização dessas culturas; a posterior opção por uma estratégia agroindustrializante e, conseqüentemente, a diversificação das suas linhas de produção, só poderiam ser feitas através de crédito oficial ou, via antecipação do contrato de câmbio externo (indexar ao câmbio as dívidas feitas em dólar, sujeitos aos juros do mercado).

Como nos anos 80 a economia brasileira mergulhou numa profunda crise, com diminuição dos recursos internacionais, o aumento das taxas de juros externos e a crescente inflação que desvalorizava a moeda interna, as cooperativas viram-se comprometidas. O seu passivo cresceu a medida que a inflação aumentava, sem contar que, na última década, a soja teve seus preços externos rebaixados e as políticas voltadas para agricultura sofreram enormes mudanças. Essa situação comprometeu, enormemente, a capacidade de pagamento das cooperativas já que não obtinham divisas suficientes para saldar suas dívidas e alimentar o seu crescimento.

No início dos anos 90, algumas cooperativas também passaram a apresentar problemas com endividamento, embora não se tenha atingido o cooperativismo como um todo apresentando-se, assim, de forma localizada. Como a crise do início dos anos 80, esta também resultou das próprias necessidades advindas das transformações no ambiente em que atuavam as cooperativas. Além de algumas não conseguirem negociar as suas dívidas com os bancos e associados, nem modernizar o seu sistema de gestão, amarguraram a total falta de apoio creditício por parte do governo, como também não encontraram respaldo na obtenção de empréstimos junto ao sistema bancário.

Os problemas de endividamento enfrentados por algumas cooperativas agrícolas é, sem dúvida, também fruto da política paternalista do Estado brasileiro. Sabe-se que o crédito subsidiado foi essencial para o segmento, já que não possuíam inicialmente condições de rentabilidade para enfrentar o ambiente concorrencial, com vistas a aumentar sua capacidade instalada e diversificar suas atividades.

Ou seja, as cooperativas foram, durante os anos 80, o instrumento utilizado pelo Estado para o repasse de recursos, com vistas a execução da política de garantia de preços mínimos e a difusão de modernas tecnologias, isso levou muitas destas organizações a um alto grau de dependência ao apoio estatal. Dessa maneira, algumas não acompanharam as mudanças e não se adaptaram a nova realidade da agricultura no país.

A busca de uma gradual abertura de mercado, maior integração, eficiência e competitividade, programas de financiamentos mais desvinculados da política fiscal, reordenamento da produção através da diferenciação dos preços, exigem organizações ágeis e independentes, prontas para se adaptarem a possível internacionalização dos mercados, e garantir a competitividade.

Para isso, algumas cooperativas necessitavam mudar o sistema de gestão e, a exemplo das empresas comuns, buscar uma estrutura administrativa mais enxuta. Esse tipo de ação criou contradições na própria organização cooperativa, já que seus associados viam seus benefícios sacrificados e o afastamento entre a base e a direção se constituindo num dos maiores desafios para os anos seguintes.

A evidência da situação problemática se deu quando o governo recusou um empréstimo a Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC). Após ter empenhado todo o seu capital de giro e patrimônio no crédito rural a seus sócios, nos programas de ajuste da economia e na busca de mudanças na gestão, dentre outros, levaram a cooperativa a uma brutal descapitalização e a uma dívida próxima a US\$ 850 milhões.

No caso específico da CAC, muito provavelmente, a sua enorme dívida foi fruto do mal dimensionamento de investimentos e da enorme dependência criada pelos créditos estatais. A empresa começou a negociar tardiamente um montante de dívidas que já alcançara cerca de US\$ 350 milhões, resultante, principalmente, do repasse dos bancos para os associados, com o seu aval, o que veio comprometer totalmente o seu capital de giro.

Os problemas enfrentados pela CAC começaram em 1986. Na época, os produtores investiram pesadamente na compra de máquinas e equipamentos, financiados pela própria cooperativa, e não conseguiram saldar esses compromissos. Posteriormente, essa situação se agravou, principalmente quando a CAC realizou um grande número de Adiantamentos de Contrato de Câmbio (ACC), com objetivo de obter capital de giro. Além disso, as dívidas dos seus associados, no início dos anos 90, alcançou o montante de US\$ 450 milhões entre débitos vencidos a 7 anos e pendências de safras. (Gazeta Mercantil 08.06.93 - 17).

Por fim, depois de várias tentativas de acordo entre bancos oficiais e bancos privados, a CAC abandonou as negociações e votou pela sua autodissolução no ano de 1994.

Além da CAC, outras grandes cooperativas enfrentaram enormes problemas de endividamento e até foram obrigadas a optar pela autodissolução. Fatores como a falta de uma política oficial coerente para o setor agrícola, excessiva carga de impostos, escassez de recursos nos bancos para o financiamento da produção, problemas de gerenciamento como também incompetência de algumas cooperativas no que se refere a racionalização do crescimento, bem como a falta de um maior controle dos bancos sobre os gastos, podem ser apresentados como causadores desses problemas.

Algumas entidades ligadas as cooperativas cobram do governo uma política agrícola que beneficie o produtor rural. A total ausência do governo na atividade rural tem impactos negativos nos pequenos produtores descapitalizados, vinculados às cooperativas. Além disso, no que tange ao processo produtivo, grande parcela da rentabilidade advém da industrialização e a agricultura absorve apenas uma pequena parte da renda que é gerada e, como as cooperativas atuam no segmento agroindustrial, altamente competitivo, vêem seu poder de barganha reduzido com relação a preços, melhores condições de rentabilidade e política oficiais mais coerentes.

Outros fatores podem ser citados como responsáveis pelo processo de endividamento. Algumas cooperativas, ao acumularem uma elevada rentabilidade, viram-se em condições de investir, porém os financiamentos para esse crescimento tinham um custo alto, as crescentes taxas de inflação levaram a um volume de dívidas gigantes e em muitas situações, a rentabilidade do setor agrícola não foi suficiente para saldar os custos dessas operações. Nessa perspectiva, muitas cooperativas construíram novas plantas industriais, expandiram sua capacidade, adquiriram supermercados, construíram shoppings centers, compraram postos de gasolinas lançando-se, assim, num crescimento desordenado, sem controle das dívidas assumidas junto aos bancos e aos fornecedores.

Não existe uma estatística oficial a cerca do número de cooperativas que enfrentaram problemas de endividamento. Sabe-se que no Paraná das 79 organizações existentes, 18% enfrentaram dificuldades financeiras além de 02 cooperativas em processo de liquidação. Isso levou a Organização das Cooperativas do Paraná a criar um programa de auditoria preventiva com objetivo de acompanhar as dificuldades financeiras e sinalizar situações de alto risco, próximas a insolvência. (Folha de São Paulo. Agrofolha, 29/06/93 P. 5.4).

Em outros estados, como São Paulo - possuidor de 150 cooperativas de produção agrícola -, o exemplo mais evidente de dificuldades e posterior insolvência é o da CAC, dentre outras menos importantes. No Rio Grande do Sul, uma outra grande cooperativa optou pela dissolução, ou seja, Central Agrícola Sul Brasil comprometida com uma dívida próxima a US\$ 600 milhões. Segundo a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) para o saneamento financeiro das cooperativas é necessário um montante de recursos de US\$ 500 milhões. Ainda assim, o número de organizações em dificuldades é pequeno e não cabe a afirmação categórica de que todo o sistema cooperativista mergulhou numa profunda crise, já que, por exemplo, no ano de 1992 no país como um todo foram extintas em média 72 mil empresas, desse total 18 mil estavam localizadas no sul do país e apenas 19 eram cooperativas, representando 0,02% do total de empresas dissolvidas no país e 0,1% do total das empresas extintas no sul do país.

As dificuldades vivenciadas por algumas cooperativas teve reflexos também positivos. A mobilização das lideranças cooperativista na busca de soluções e reivindicações melhores condições para o segmento, bem como maior consciência dessas organizações no que se refere a discussão de questões como gestão democrática, planejamento e dimensionamento dos investimentos e controle das dívidas assumidas.

Portanto, a década de 80 não foi insatisfatória para o cooperativismo agrícola brasileiro. Cooperativas que conseguiram criar capacidade de gestão adequada à sua complexidade, racionalizando suas despesas e buscando competitividade, tiveram desempenho econômico e financeiro excepcional. Muitas cooperativas conseguiram aumentar seu faturamento, diversificar a produção e até criar mecanismos, de certa forma criativos, para saldar as suas dívidas. Esse período também foi marcado pela expansão das atividades, estímulos à competitividade, ampliação e modernização das estruturas, lançamento de novos produtos, fusões e intensa capitalização em muitas cooperativas.

Essas organizações chegaram nos anos 90 em um cenário completamente diferente do vivido em períodos anteriores. Foram efetivamente obrigadas a assumir o financiamento da produção já que o crédito ficou bastante escasso, principalmente depois da liquidação do Banco Nacional de Crédito Cooperativo. Esta instituição perdeu a sua importância enquanto repassadora de recursos do Tesouro depois que os recursos oficiais para o financiamento da produção agrícola decresceram. O BNCC, além de ter repassado recursos com taxas de juros muito abaixo do mercado, perpetuou uma situação de total dependência do segmento em relação ao Estado.

Na era Collor, o BNCC foi extinto em meio a situação bastante constrangedora. A instituição que possuía cerca de 3 mil funcionários, passou por um enxugamento em 1985, mas alcançou a década de 90 com patrimônio de apenas US\$ 24 milhões e, além disso, existiam centenas de dívidas de cooperativas para com o banco a espera de soluções. O exemplo clássico foi o da Centralsul que sozinha devia cerca de US\$ 1 bilhão. Atualmente, é o Banco do Brasil o responsável pelo acervo do BNCC que, segundo os liquidantes, as dívidas a serem salgadas correspondem a cerca de US\$ 5 bilhões.

4.2. O DINAMISMO DO COOPERATIVISMO

Atualmente estão em funcionamento no país 1400 cooperativas singulares e 50 Centrais, Federações e Confederações. O total de associados chega perto de 1.000.000 cooperados. A distribuição geográfica conformou-se da seguinte maneira: Região Norte possui 71, Centro-Oeste 134, o Nordeste 455 ao passo que no Sudeste concentram-se 435 e no Sul 298 cooperativas. Evidentemente que o dinamismo dessas organizações se deu nas regiões desenvolvidas do país - Sul e Sudeste - que contam com 46 e 31% do total de associados, respectivamente (Deser, 1989).

As cooperativas agrícolas do país são responsáveis por 30% de toda produção nacional de soja, 64,4% do trigo, 33,8% do milho, 39,2% do algodão, 13,8% do café, 78% do feijão e 16,1% do arroz, de acordo com a tabela abaixo.

Tab. 14 - Participação das Cooperativas na Produção dos Principais Cultivos (T)

Produto	Produção dos Cooperados	Produção Nacional	%
Soja	7234	24085	30,0
Trigo	3410	5295	64,4
Milho	8991	26586	33,8
Algodão	724	1844	39,2
Café	423	3064	13,8
Feijão	182	2329	7,8
Arroz	1843	11428	16,1

Fonte: Panorama do Cooperativismo Brasileiro - 1990

Em termos de infra-estrutura tem-se:

- . Assistência técnica - 2800 profissionais de nível superior e 2180 técnicos de nível médio.
- . Armazenagem - a capacidade instalada das cooperativas corresponde a quase 25% de toda estrutura do país.

Em termos de unidades agroindustriais, as cooperativas do Sul e Sudeste responde por 86,4% do total existente no país. Desse total fazem parte abatedouros, destilarias, fiações, fábricas de fertilizantes, insumos, óleos, sucos e vinhos, como também laticínios e moinhos, conforme a tabela abaixo.

Tab. 15 - Unidades Agroindustriais

Agroindústrias	Sul	Sudeste	Brasil
Abatedouro de aves	7	4	11
bovinos	23	1	27
suínos	19	1	20
Destilarias	15	5	30
Fiação de algodão	5	-	6
seda	1	-	1
Fertilizantes	7	4	15
Insumos	64	28	103
Laticínios	45	192	272
Moinhos	20	6	43
Óleo (refino)	6	-	8
Sucos	3	-	6
Vinhos	17	-	17
Total	232	251	559

Fonte: OCB - 1987

Como dito anteriormente, apesar dos problemas de endividamento, muitas conseguiram importantes avanços. Capitalizaram-se, ampliaram seus investimentos e alcançaram a década de 90 em posição privilegiada. Conseqüentemente, cresceram em patrimônio e diversificaram cada vez mais suas atividades, apostando na verticalização como forma de agregar valor à produção e sustentar a renda dos seus associados.

No Paraná - hoje considerado o estado mais evoluído em termos da atividade cooperativista - essas organizações respondem por 60% do PIB agrícola, faturam perto de US\$ 4,5 bilhões ao ano, contribuem com 42 mil empregos e o ICMS recolhido fica próximo a US\$ 275 mil/ano. (Folha 04/12/92 - 5.2).

As cooperativas que enfrentaram problemas de endividamento buscaram estratégias para solucionar esses problemas. Hoje, a tendência é de reestruturação dessas organizações, tornando-os mais enxutas e até terceirizando alguns serviços básicos como é o caso dos transportes, construção civil, produção de sementes, etc.

Sob o ponto de vista da captação de recursos, algumas cooperativas criaram um artifício bastante interessante. As organizações com alto grau de industrialização criaram empresas de capital aberto visando atuarem no mercado de ações. Este tipo de comportamento é comum em qualquer atividade empresarial. Desde a emissão de debêntures até a montagem de uma estrutura facilitando o acesso de informações no âmbito do mercado internacional. Aliados a essas ações as cooperativas criaram também mecanismos eficazes para compra de insumos e venda dos produtos entregues por seus associados, reduzem, assim, os custos administrativos e operacionais, bem como acompanham cautelosamente as suas dívidas.

Para atuarem com essa perspectiva, as cooperativas têm enxugado e profissionalizado o seu quadro de funcionários, com vista a tornarem-se mais ágeis e mais competitivos. Isso permite controlar o crescimento, investindo de forma mais segura e, conseqüentemente, alcançando maior faturamento ano a ano.

As palavras de ordem, portanto, passaram a ser eficiência e competitividade. Além de continuarem se diversificando, uma importante estratégia prevaleceu nos últimos anos: a formação de pools. O exemplo mais bem sucedido desse tipo de estratégia ocorreu no Paraná quando 5 cooperativas (Arapoti, Batavo, Castro Landa, Witmarsun e Holambra) juntaram-se, na tentativa de reduzir custos em áreas como vendas, aquisição de insumos e distribuição de produtos. Essa medida permitiu vantagens na compra de matéria-prima, conseguindo também melhorar o seu poder de barganha no tocante as negociações de preços no mercado de insumos.

Muitas dessas organizações direcionaram seus investimentos para produtos mais sofisticados. É o caso da produção de cogumelos, frutas em geral e outros produtos bem aceitos no mercado externo. A atuação nesse mercado aconteceu graças a criação, lá fora, de centros de vendas ou "trading" visando a comercialização dos produtos e até a importação de matérias-primas. Além do mais, existem cooperativas tentando formar "joint ventures" com cooperativas internacionais, aumentando o intercâmbio e conquistando novos mercados. Já atuam em diversos países como é o caso do Japão, Alemanha, Austrália, Chile, Coréia do Sul, China, Nova Zelândia, EUA, dentre outros.

Em 1989, as cooperativas exportaram US\$ 39.764 em produtos variados tais como soja, café, algodão, chá, frutas, verduras e frangos de acordo com a próxima tabela.

Tab. 16 - Total das exportações nas Cooperativas (por produto) Em US\$ - 1989

Produto	US\$
Soja	18390
Café	8601
Algodão	3721
Farelo de Soja	3639
Chá	1211
Frutas, verduras e frango	4202
Total	39764

Fonte: CAC - 1989

Outra área bastante explorada pelos cooperativos tem sido o investimento em tecnologia e produtividade. As exigências de um mercado cada vez mais globalizado, a necessidade de associados competitivos, fazem com que a busca e difusão de modernas tecnologias tornem-se parte da estratégia adotada por cada uma delas. A aquisição de máquinas, passando pela informatização e adoção de técnicas gerenciais avançadas é parte do esforço dessas organizações com vistas a se consolidarem no mercado como empresas e buscarem alternativas no que se refere a captação de recursos.

Em termos de participação da produção das cooperativas no total nacional, tem-se que no ano de 1989, 40% do açúcar era produzido por cooperativas, 50% do leite sob inspeção federal, 75% do trigo, 41% da cevada, dentre outros produtos mostrados na tabela abaixo, ficavam sob a responsabilidade das organizações cooperativistas.

Tab. 17 - Participação da Produção das Cooperativas no Total Nacional (%) - 1989

Produtos	Cooperativas / Brasil
Açúcar	40
Algodão	28
Alcool	32
Arroz	17
Café	28
Cevada	41
Milho	15
Leite *	50
Soja	37
Trigo	75
Iogurtes	40

Fonte: OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) (Gazeta Mercantil 25/07/90)

*Sob inspeção federal.

Por fim, o endividamento vivenciado por algumas cooperativas, inclusive de grande porte, pode levar a conclusões infundadas de crise generalizada no setor. Ao contrário, apesar dessa crise vincular-se a retirada dos recursos oficiais, as cooperativas se adaptaram a nova situação buscando, dentre outros, evitar o paternalismo e os investimentos mal planejados, reinvestir parte do lucro, profissionalizar o quadro de funcionários visando adotar uma moderna gestão administrativa, diversificar a produção, investindo em produtividade e buscando ser fiel a determinados princípios (como o respeito ao cooperado e a transparência nas decisões). Sem sombra de dúvidas, muitas delas conseguiram crescer, capitalizaram-se e adquiriram uma visão empresarial mais madura e preparadas para enfrentar obstáculos impostos por uma economia cada vez mais competitiva como a brasileira.

No início dos anos 90, a classificação das cooperativas por receita operacional bruta se deu da seguinte maneira.

Tab. 18 - Ranking das Dez Maiores Cooperativas Agrícolas (Por Receita Operacional Bruta)

Ordem Classificação			Empresa	Vendas (US\$ milhões)	Lucro (US\$ milhões)	Patrimônio Líquido (US\$ milhões)	Participação (em %)	Margem (%)	Giro	Vendas / Emprega- das (US\$ mil)	Investimentos / Emprega- do (US\$ mil)	Carga Tributária (em %)	Valor Adiciona- do (em %)
	90	91											
1	1	1	CAC (SP)	851,4	0,2	429,8	22,0	0,0	0,76	89,0	129,1	NI	NI
2	2	2	COAMO (PR)	388,7	19,1	153,3	10,1	4,9	1,47	71,4	50,5	9,3	NI
4	4	3	COCAP (PR)	279,1	NI	NI	7,2	NI	NI	NI	NI	NI	NI
5	6	4	CCPL (RJ)	228,0	NI	NI	5,9	NI	NI	NI	NI	NI	NI
6	5	5	Central Itambé (MG)	227,5	-14,4	58,7	5,9	-6,3	3,10	76,0	23,7	15,2	46,8
3	3	6	COCAMAR (PR)	215,1	3,1	112,8	5,6	1,2	0,87	62,9	77,3	9,1	NI
7	7	7	CARDL (SP)	172,3	-2,6	70,9	4,5	-1,5	1,45	144,5	92,1	4,9	39,9
8	8	8	COTRIJUI (RS)	155,2	-2,9	110,6	4,0	-1,9	0,88	64,6	89,0	3,4	12,2
12	11	9	Coopervale (PR)	136,0	2,2	40,2	3,5	1,6	1,83	124,9	69,8	2,3	52,3
9	9	10	Coopupé (MG)	130,5	0,8	19,4	3,4	0,6	2,74	113,7	45,5	8,6	20,4

Fonte: REVISTA EXAME: Melhores e Maiores/Agosto 1993 P.127

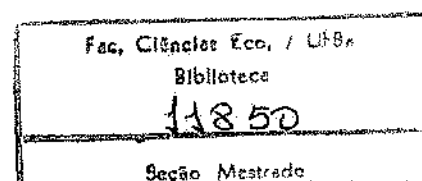
Pela tabela acima, em 1992, pode-se perceber que o maior crescimento nas vendas foi obtida pela Cotrijuí, o maior lucro ficou com a Coamo, o maior prejuízo com a Central Itambé, a mais endividada foi a Cooxupé, a mais capitalizada também foi a Central Itambé e a menor liquidez quem obteve foi a Cotrijuí. Em termos de desempenho global (maior receita bruta, crescimento, rentabilidade, liquidez e capitalização) o destaque é obtido pela Batavo (PR), o maior crescimento (receita operacional bruta comparado com o ano anterior em %, descontada a inflação) se deu com a Cotrijuí (RS), maior rentabilidade ficou com a Coamo (PR), produtividade, liquidez e capitalização com a Central Itambé (MG).

Por outro lado, o dinamismo alcançado pelas cooperativas gerou desafios e contradições tanto no ambiente interno e organizacional como no ambiente onde atuam. A primeira grande contradição resultante do intenso desenvolvimento foi o afastamento dos associados com relação a administração da cooperativa.

A disputa num mercado competitivo, a constante busca por melhorias na produtividade e rentabilidade e a necessidade de se proteger de possíveis quebras de safras fez com que as cooperativas buscassem planejar o seu desempenho, elaborando planos estratégicos de expansão visando alcançar liquidez e criar novas formas de se autocalcular. Para isso, foi preciso profissionalizar o quadro técnico e administrativo com uma característica de especialização nas diferentes áreas de mercado, como também desvinculados do cooperativismo. Conseqüentemente, as grandes cooperativas sentiram o desafio de criar canais de representação mais eficazes já que os associados não identificavam a cooperativa como um instrumento de ajuda ou mesmo vinculada ao seu cotidiano.

A cooperativa tem sido criticada por seus associados, que a enxergam como instrumento de manipulação, cobrando alto preço dos insumos e obtendo alta taxa de lucro na comercialização em relação aos preços que paga ao produtor cooperado. Essa situação levou ao esvaziamento das assembléias, com os associados não mais exercendo o seu poder de decisão. Daí o grande desafio para os próximos anos é de se abrir canais mais democráticos com vistas a reduzir a distância criada entre a direção e a base dos produtores associados.

Outro grande desafio para o cooperativismo empresarial brasileiro, na década atual, é a implantação de um banco próprio. Essa reivindicação vincula-se a necessidade de se obter recursos destinados a atividade agrícola que passariam a ser captados e distribuídos no próprio setor. Ou seja, com as transformações ocorridas na economia, as profundas mudanças na política agrícola e a conseqüente necessidade das cooperativas financiarem boa parte da produção e assumirem, em algumas situações, o papel de financiadora dos seus associados, levou o setor como um todo a defender a criação de um banco próprio. Existem obstáculos no que se refere às questões legislativas, já que a Constituição vincula as cooperativas de crédito ao Sistema Financeiro Nacional, porém a resolução desse problema pode ser obtida com uma possível reestruturação desse sistema.



Por enquanto, o banco deverá ter a característica de um banco múltiplo, utilizando várias modalidades de captação de recursos e prestando uma série de serviços. Na prática a idéia é se montar um sistema que possua um banco na cúpula com centrais regionais, captando e investindo os recursos dos cooperados. A tendência é que esse banco estenda a sua atuação além do setor rural, alcançando a área urbana como consequência do crescimento do agribusiness. Há, ainda, a possibilidade de que bancos cooperados internacionais participem com acionistas nessa instituição, como é o caso do Credit Agricole da França.

Outro grande desafio que as grandes cooperativas enfrentam é a conquista do mercado externo. A globalização dos mercados exige que empresas atuem cada vez mais num ambiente altamente competitivo, com produtos de garantida qualidade e com mecanismos modernos de comercialização. Algumas cooperativas, internamente, começaram a diversificar e adaptar seus produtos com vista a atender as peculiares exigências do mercado externo para com seus fornecedores. Essa atuação tem o seu suporte na criação de tradings para vender os produtos lá fora e importar insumos, nesse sentido já criou-se a Eximcoop - Exportadora e Importadora de Cooperativas S/A, formada por nove cooperativas dos estados do Paraná, São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul.

Por fim, a tendência do segmento como um todo é continuar o processo de verticalização da produção (agroindustrialização), desenvolvendo ainda mais a área de pesquisa e assistência técnica com objetivo de criar e difundir novas tecnologias. Dentre os investimentos a serem postos em prática destacam-se as áreas de produção de sucos, principalmente laranja, indústria de laticínios, indústria têxtil e modernização e criação de complexos industriais para processamento e abate de suínos e aves. Todas essas perspectivas e desafios a serem vencidos visam acompanhar o desenvolvimento econômico e se inserirem permanentemente enquanto empresas capazes de conseguirem desempenhos favoráveis na área agrícola e competentes na resolução dos problemas que possam surgir na dinâmica e evolução do setor cooperativista.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BAK, J. L. (1977). Some antecedents of corporativism : state economic intervention and rural organization in Brazil - the case of Rio Grande do Sul, 1980 - 1937. Yale University. (Tese, mimeo).p. 1-75.
2. BENETTI, M. D. Análise da Capitalização na Sociedade Cooperativa : o Exercício da Transformação do Paradoxo em Senso Comum. Ensaio Fundação Economia e Estatística. 2. ed. Porto Alegre, 1983. Ano 4, n.1.
3. BENETTI, M. D. Elementos para a Discussão das Relações entre o Estado e Cooperativismo. Ensaio Fundação Economia e Estatística. 2. ed. Porto Alegre, 1984. 5(2):10.
4. BENETTI, M. D. Endividamento e Crise no Cooperativismo Empresarial no Rio Grande do Sul : Análise do Caso FECOTRIGO/CENTRALSUL - 1975/83. Ensaio Fundação Economia e Estatística, 1984. 5. ed. Porto Alegre.
5. BENETTI, M. D. Origem e Formação do Cooperativismo Empresarial no Rio Grande do Sul: Uma Análise do Desenvolvimento da COTRIJUI, COTRISA e FECOTRIGO (1957/1980). Fundação de Economia e Estatística. 5. ed. Porto Alegre, 1982.
6. CORADINI, D. L. e FREDERICQ, A. Agricultura, Cooperativas e Multinacionais. Coleção Agricultura e Sociedade, 1982. 230 p. Zahar Editores, Rio de Janeiro.
7. DESER. O Papel das Cooperativas do PIC no Desenvolvimento Agrícola das Regiões Oeste e Sudeste do Paraná, Curitiba, Out - 1991. p. 01 - 36.
8. ENGELS, F. Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico, 1979. Global Editora (9ª edição - 1988) - R.J.
9. EXAME Melhores e Maiores. À Espera do Um Novo Alento. São Paulo: Abril 1991, p. 107 - 115.
10. EXAME Melhores e Maiores. Torneira Aberta para o Campo. Ago. 1992, 109 - 116.
11. EXAME Melhores e Maiores. Ninguém Agüenta Tantos juros. Ago 1993, 127 - 133.
12. FILGUEIRAS, L. A. M. "Agricultura, reforma agrária e crise na década de 90", in: Análise e Dados, 18 - 28, 1992.
13. FOLHA DE SÃO PAULO. Agrofolha 29/06/93 p. 5 - 5.8

14. FOLHA DE SÃO PAULO. 13/07/93 p. 3
15. GAZETA MERCANTIL. A Crise das Cooperativas Agrícolas. 06/abril/1994.
16. GAZETA MERCANTIL. Agrobusiness. 26/10/94 p. 15
17. GAZETA MERCANTIL. Agropecuária. 02/12/93 p. 12
18. GAZETA MERCANTIL. As Cooperativas. 25/07/90. P. 1 - 8.
19. GAZETA MERCANTIL. Mercado / Agropecuária. 29/09/94 p. 16
20. GAZETA MERCANTIL. Mercado / Agropecuária. 20/10/94 p. 14.
21. GAZETA MERCANTIL. Mercado / Agropecuária. 05/10/94 p. 14.
22. GAZETA MERCANTIL. Mercado / Agropecuária. (17 a 19/07/93). p.17.
23. GAZETA MERCANTIL. Mercado / Agropecuária. 23/11/94 p. 16.
24. GAZETA MERCANTIL. Mercado / Agropecuária. 26 a 28/06/93 p. 13
25. GAZETA MERCANTIL. Mercado / Agropecuária. 28/09/94 p. 13
26. GAZETA MERCANTIL. Mercado / Agropecuária. 09/07/93 p. 16
27. GAZETA MERCANTIL. Mercado / Agropecuária. 23/09/94 p. 18
28. GAZETA MERCANTIL. Mercado / Agropecuária. 02/09/93 p. 18
29. GAZETA MERCANTIL. Mercado / Agropecuária. 06/04/94 p.1 p.13
30. GAZETA MERCANTIL. Mercado / Agropecuária. 02/11/94 p. 10
31. GAZETA MERCANTIL. Mercado / Agropecuária. 08/06/93 p.1 e p.18
32. GAZETA MERCANTIL. Mercado / Agropecuária. 04/10/94 p. 24
33. GLOBO RURAL. Agosto / 1993 p. 41 - 48
34. GLOBO RURAL Junho 1994 p. 86 - 92.
35. GUIA RURAL Abril p. 78 - 80 Cooperativismo. A Democracia como Meta. 1987
36. GUIA RURAL Abril nº 7 / 1987. Cooperativas - Sul Brasil em 1º

37. IPARDES. Agroindústria e Cooperativas no Brasil: Algumas Tendências. Análise Conjuntural V. 6., n. 8. p. 1 - 12, 1984.
38. IPARDES. Alguns Reflexos da Crise Econômica sobre a Agricultura. Análise da Conjuntura, Curitiba. 10 - 12, 1991 V.13 n. 11-12, p. 10.
39. IPARDES. LEÃO, Igor Z. C. Carneiro. BEM, Jorge S. Análise Conjuntural, Curitiba, 8 (4): 12 abril. 1986
40. IPARDES. Cooperativas no Paraná: Capitalização e Integração dos Produtores. Análise da Conjuntura, Curitiba, 6 (1): 4 jan 1984.
41. IPARDES. Cooperativas no Paraná: Capitalização e Integração dos Produtores. Análise da Conjuntura, Curitiba, (1) 8 jan 1986.
42. IPARDES. Cooperativas Paranaenses. Análise Conjuntural, Curitiba, (1) 8 jan. 1986.
43. IPARDES. Cooperativas Paranaenses. Análise Conjuntural, Curitiba, 8 (4): 12 abril 1986.
44. KAGEYAMA, A. e SILVA, J. G. Os Resultados da Modernização Agrícola dos Anos 70, 1983. Instituto de Economia da UNICAMP, São Paulo - S.P. (mimeo).
45. LOUREIRO, M. Rita. Cooperativismo e Campesinato. Estudo do Caso Cotia.
46. MELO, F. H. de. Prioridade Agrícola: Sucesso ou Fracasso?, Estudos econômicos, 1985. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Pioneira. São Paulo - S.P.
47. MENDES, J. M. M. Manual de Contabilidade das Cooperativas, 1986. Organização das Cooperativas do Estado do Ceará, Fortaleza. Ceará.
48. MUNHOZ, D. G. Economia Agrícola. Agricultura: Uma Defesa dos Subsídios, 1982. Vozes. Petrópolis, R.J.
49. PINTO, L. C. C. "Notas sobre a Política Agrícola Brasileira", in: Encontros com a Civilização Brasileira, 193 - 207, Ed. Civilização Brasileira - Rio de Janeiro, R.J.
50. RECH, Daniel. Cooperativas: Uma Onda Legal. Coleção "Socializando Conhecimentos", n: 08. 1991. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE, Rio de Janeiro - R.J.
51. REVISTA GLOBO RURAL. Cooperativas - Apoio Essencial, 97 - 100, Jun - 1993.

52. RIBEIRO, D. Crédito Rural no Brasil: Avaliação e Alternativas, 1979. Ed. Unidas - São Paulo - S.P.
53. SAYAD, J. Crédito Rural no Brasil: Avaliação das Críticas e das Propostas de Reforma. Estudos Econômicos, 1984. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas Pioneira, São Paulo - S.P.
54. SCHNEIDER, J. O. "Las Instituições Cooperativas Internacionais", in: Las Cooperativas en América Latina I, 1987. Org. Dieter W. Benecke (e) Rd 7 Eschenburg. São Leopoldo, UNISINOS - Rio Grande do Sul.
55. SORJ, B. Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira. Coleção Agricultura e Sociedade, 1986. Ed. Guanabara, Rio de Janeiro - R.J.
56. A TARDE. Economia. 10/07/93 p. 13